

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Termo de Referência 75/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
75/2025	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	RUDINEI JUSTI	10/09/2025 13:07 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	108/2025	23205.018050/2025-17

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

LICITAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

(Processo Administrativo nº 23205.18050/2025-17)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de controle de vetores e pragas urbanas e higienização de reservatórios e cisternas de água (pluvial e de abastecimento humano). Serviços a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Quantidade estimada 30 meses.	Valor Unitário	Valor Total
GRUPO 1 - CAMPUS CERRO LARGO/RS						
1	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses. O valor será pago por metro quadrado realizado.	3417	m²	90.250	R\$ 0,49	R\$ 44.222,50
2	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque /infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m2.	3417	Serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de					

3	iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. *Informação complementar, nº de iscas por bimestre: 50 unidades).	3417	unidade	750	R\$ 22,33	R\$ 16.747,50
4	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado.	13595	m ³	790	R\$ 52,00	R\$ 41.080,00
5	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado.	13595	m ³	506	R\$ 52,00	R\$ 26.312,00
GRUPO 2 - CAMPUS CHAPECÓ/SC						
6	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses. O valor será pago por metro quadrado realizado.	3417	m ²	190.000	R\$ 0,49	R\$93.100,00
7	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque /infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m ² .	3417	serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
8	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. *Informação complementar, nº de iscas por bimestre: 65 unidades	3417	unidade	975	R\$22,33	R\$ 21.771,75
9	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano, reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado.	13595	m ³	1.230	R\$ 52,00	R\$ 63.960,00

10	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado.	13595	m ³	687	R\$ 52,00	R\$ 35.724,00
GRUPO 3 - CAMPUS ERECHIM/RS						
11	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses. O valor será pago por metro quadrado realizado.	3417	m ²	90.000	R\$ 0,49	R\$ 44.100,00
12	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque /infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m ² .	3417	serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
13	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. *Informação complementar, n° de iscas por bimestre: 50 unidades)	3417	unidade	750	R\$ 22,33	R\$ 16.747,50
14	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano, reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado.	13595	m ³	1.125	R\$ 52,00	R\$ 58.500,00
15	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado.	13595	m ³	475	R\$ 52,00	R\$ 24.700,00
GRUPO 4 - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR						
16	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses. O valor será pago por metro quadrado realizado.	3417	m ²	65.270	R\$ 0,49	R\$ 31.982,30
17	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque /infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m ² .	3417	serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00

18	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. *Informação complementar, nº de iscas por bimestre: 50 unidades.	3417	unidade	750	R\$22,33	R\$ 16.747,50
19	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano, reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m³ executado.	13595	m³	750	R\$ 52,00	R\$ 39.000,00
20	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m³ executado.	13595	m³	380	R\$ 52,00	R\$ 19.760,00
GRUPO 5 - CAMPUS PASSO FUNDO/RS						
21	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque /infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m².	3417	serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
22	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano, reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m³ executado.	13595	m³	510	R\$ 52,00	R\$ 26.520,00
23	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m³ executado.	13595	m³	75	R\$ 52,00	R\$ 3.900,00
24	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses. O valor será pago por metro quadrado realizado.	3417	m²	39.310	R\$ 0,49	R\$ 19.261,90
25	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. *Informação complementar, nº de iscas por bimestre: 60 unidades.	3417	unidade	900	R\$ 22,33	R\$ 20.097,00
GRUPO 6 - CAMPUS REALEZA/PR						

26	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses. O valor será pago por metro quadrado realizado.	3417	m²	107.500	R\$ 0,49	R\$ 52.675,00
27	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque /infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m².	3417	serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
28	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. *Informação complementar, nº de iscas por bimestre: 80 unidades.	3417	unidade	1.200	R\$ 22,33	R\$ 26.796,00
29	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano, reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m³ executado.	13595	m³	1.370	R\$ 52,00	R\$ 71.240,00
30	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m³ executado.	13595	m³	847	R\$ 52,00	R\$ 44.044,00
Valor Total da Aquisição					R\$ 917.488,95	

1.2 Os Saneantes Domissanitários/Desinfestantes a serem utilizados na execução dos serviços descritos itens 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 24, 25, 26, 27 e 28 deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC ANVISA nº 622, de 2022.

1.3 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns de caráter rotineiro, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.4 Os serviços de dedetização e limpeza de caixas d'água são essenciais para a preservação da higiene, salubridade e segurança das instalações públicas, sendo realizados de forma periódica e programada. Sua natureza exige repetição regular, de caráter semestral, para fins de cumprir normas sanitárias e de saúde pública, o que configura uma necessidade permanente da Administração. Dessa forma, enquadram-se como serviços continuados conforme o artigo 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que sua manutenção é imprescindível para o adequado funcionamento da Administração e para a proteção da saúde de servidores e usuários. Assim, justifica-se a possibilidade de renovação contratual, observadas as condições legais e a vantajosidade para a Administração.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, com base nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 108/2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025

II) Data de publicação no PNCP: 16/01/2025;

III) Identificador da Futura Contratação: Cont. de Serv Desinsetização, desratização, desalojamento de infestações e limpeza de caixas d'água.

2.3 A presente contratação visa o fornecimento de serviços periódicos e rotineiros de controle de vetores e pragas urbanas nas edificações e áreas adjacentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Higienização e desinfecção de reservatórios de água potável e de reuso, também com periodicidade regular. A contratação visa atender às necessidades operacionais e de segurança sanitária dos seguintes campi da UFFS: Chapecó/SC (incluindo a Reitoria), Cerro Largo/RS, Passo Fundo/RS, Erechim/RS, Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.4 A presente demanda decorre da necessidade permanente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em manter condições adequadas de funcionamento e segurança sanitária em suas instalações. Para isso, a Instituição conta com diversos reservatórios de água potável e de reuso, fundamentais para o abastecimento dos sistemas hidrossanitários, realização de atividades de limpeza, irrigação de áreas verdes e preparo de alimentos nos campi e demais unidades. Além disso, devido à natureza das atividades acadêmicas e administrativas, bem como à localização e ao fluxo constante de pessoas, as instalações da UFFS estão naturalmente expostas à presença de pragas urbanas — como insetos, aracnídeos e roedores — que representam risco à saúde pública, podem causar danos ao patrimônio físico e comprometer o uso seguro e contínuo de ambientes internos e externos. Diante desse contexto, a contratação de serviços especializados em limpeza e desinfecção de reservatórios, bem como em controle integrado de pragas, visa assegurar a sanidade ambiental, a segurança sanitária dos espaços institucionais e a preservação da integridade estrutural dos ambientes. Tais medidas são fundamentais para proteger a saúde dos usuários (servidores, estudantes, colaboradores e visitantes), além de garantir a conservação adequada de bens, produtos e insumos armazenados nas dependências da UFFS.

2.5 As instalações da Reitoria compartilham estrutura física com o Campus Chapecó, razão pela qual estão contempladas na estimativa de quantitativos atribuída a este campus.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A Descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP.

3.2 Os serviços visam a contratação de empresa especializada para a prestação dos seguintes serviços nos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Chapecó/SC, Cerro Largo/RS, Erechim/RS, Passo Fundo/RS, Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR:

a) Combate a vetores e pragas através de ações como: dedetização, desinsetização, desratização e demais ações de combate já citadas no Tópico 1;

b) Higienização de reservatórios e cisternas, conforme Tópico 1;

c) Combate e controle de pragas urbanas e zoonoses, conforme Tópico 1.

3.3 Serviços periódicos: deverão ser executados de forma rotineira, obedecendo às normas e legislações sanitárias vigentes, de acordo com as boas práticas de controle ambiental:

3.4 Serviços eventuais: além dos serviços periódicos, estão previstos atendimentos esporádicos e não programados, conforme a demanda especificado no Tópico 1.

3.5 Locais de execução dos serviços:

a) Campus Chapecó: Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899;

b) Campus Cerro Largo: Unidade Seminário: Rua Major Antônio Cardoso, 590. Centro, Cerro Largo, RS . CEP 97900-000 e

Campus Definitivo: Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Centro, Cerro Largo, RS. CEP 97900-000.

c) Campus Erechim: ERS 135 - Km 72, 200, Caixa Postal 764, CEP 99700-970;

- d) Campus Passo Fundo: Rua Capitão Araújo, 20, Centro, CEP 99010-200;
- e) Campus Laranjeiras do Sul: Rodovia BR 158 - Km 405, CEP 85319-899;
- f) Campus Realeza: Rodovia PR 182 - Km 466, Av. Edmundo Gaievski, CEP 85770-000

3.6 Condições de execução: A execução dos serviços deverá ocorrer, preferencialmente, em períodos de férias acadêmicas. Os horários de realização dos serviços é das 08h às 12h e entre 13h e 17h, de segunda a sexta-feira. Esses horários poderão ser ajustados pela UFFS, inclusive para períodos noturnos ou finais de semana, quando necessário, para não comprometer as atividades institucionais. A prestação dos serviços deve ser precedida de avaliação e, se necessário, vistoria técnica, com a participação de um fiscal designado pela UFFS e um representante da empresa contratada. Em caso de situações de urgência, a contratada deverá atender aos chamados no prazo máximo de 72 horas, a partir da notificação.

3.7 A presente solução contribui significativamente para a preservação e a manutenção do ciclo de vida útil das estruturas institucionais. Entende-se por “objeto” as edificações e instalações físicas da Instituição, cuja conservação é favorecida pelas ações de dedetização e desinsetização, que previnem danos causados por pragas urbanas como insetos, roedores e outros vetores. A presença dessas pragas, além de representar risco sanitário, pode comprometer a integridade de instalações elétricas, hidráulicas e estruturais, acelerando a degradação predial. Adicionalmente, a limpeza e a desinfecção periódica dos reservatórios — incluindo caixas d’água, cisternas e demais unidades de armazenamento — visam assegurar a qualidade da água e manter as estruturas em condições sanitárias adequadas. A emissão de relatórios técnicos, com registros do estado físico desses reservatórios, permite o monitoramento contínuo e a identificação precoce de fissuras, desgastes ou outros problemas estruturais, contribuindo diretamente para a ampliação da vida útil dos equipamentos e para a segurança dos usuários.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade - Aspectos Gerais

4.1. De acordo com as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024, recomendamos que a Contratada, observe, no que couber, boas práticas de sustentabilidade quando da execução dos serviços contratados, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- 4.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- 4.1.2 Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 4.1.3. Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 4.1.4. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
- 4.1.5. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- 4.1.6. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 4.1.7. Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 4.1.8. Descartar corretamente seus resíduos de produção de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305 de 2010.
- 4.1.9. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, no que couber;
- 4.2. Os critérios de sustentabilidade elencados não exaurem o rol de possibilidades de medidas e cuidados, que podem ser realizados para proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- 4.3. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Sustentabilidade - Aspectos Específicos

- 4.4 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.4.1 A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente;

4.4.2 A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença;

4.4.3 A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada;

4.4.4 Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa;

4.4.5 A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho;

4.4.6 A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico;

4.4.7 Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA;

4.5 No que se refere à logística reversa:

4.5.1 A empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte;

4.5.2 O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/ importador;

4.5.3 A empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente. Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação. O estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

4.5.4 A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfetantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados;

4.5.5 As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríple lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente;

4.5.6 As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríple lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes;

4.6 A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009;

4.7 Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental;

4.8 Os serviços prestados ou produtos que por ventura venham a ser fornecidos ou aplicados deverão, no que for cabível, obedecer aos requisitos e normas de segurança e demais legislações, resoluções técnicas ou normativas vigentes, como:

4.8.1 Norma Regulamentadora - NR 16 - Atividades e operações perigosas; Norma Regulamentadora – NR 18 – Norma sobre as condições do ambiente de trabalho na indústria e na construção; Norma Regulamentadora – NR 20 - Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis; Norma Regulamentadora - NR 33 - Norma para trabalhos confinados, que estabelece medidas de prevenção, medidas administrativas, medidas pessoais, capacitação e medidas para situações de emergências; Norma Regulamentadora – NR 35 – Norma que estabelece medidas de segurança necessárias ao trabalho em altura; Norma Regulamentadora – NR 38 – Norma que estabelece medidas de segurança necessárias de prevenção para garantir as condições de segurança e saúde dos trabalhadores nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; NBR 10156 de 06/2023 - Limpeza e desinfecção de tubulações e reservatórios de sistema de abastecimento de água — Procedimento estabelece os critérios para os procedimentos de limpeza e desinfecção de tubulações e reservatórios de sistemas de abastecimento de água.

4.8.2 Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.8.3 Decreto nº 10.936/2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.8.4 Decreto nº 7.746/2012 - Estabelece a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações realizadas pela administração pública federal, destaca, entre outros, os seguintes critérios e práticas sustentáveis: baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água,

maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, maior vida útil, menor custo de manutenção do bem e da obra, uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais e origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras (art. 4º, I, III, V, VI e VII);

4.8.5 Portaria CVS nº5, de 9 de abril de 2013. Considerando as boas práticas de controle de qualidade da água, e também as normativas para o controle e combate de pragas urbanas em espaços públicos de uso e abertos a circulação coletiva;

4.8.6 Portaria CVS nº 09 de 16 de novembro de 2000 - Norma Técnica para empresas prestadoras de serviço em controle de vetores e pragas urbanas;

4.8.7 Resolução RDC nº 339, de 07 de dezembro de 2005 – ANVISA - Dispõe sobre iscas -prevenção de agravos à saúde, a ação reguladora de garantia de qualidade de produtos e serviços que inclui a aprovação de normas e suas atualizações, bem como a fiscalização de sua aplicação; funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;

4.8.8 Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 – ANVISA - Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;

4.8.9 Resolução RDC nº34 de 16 de agosto de 2010 - ANVISA - Dispõe sobre o regulamento técnico para produtos saneantes desinfetantes, entre os quais aqueles destinados ao controle de insetos, roedores e de outras pragas incômodas ou nocivas à saúde;

4.8.10 Resolução RDC nº 622 de 09 de março de 2022 - ANVISA - Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;

4.8.11 Lei nº 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;

4.8.12 Uso de produtos tanto inseticidas, iscas e armadilhas quanto de higiene, limpeza e desinfecção, registrados, homologados e autorizados pelos órgãos legais competentes: ANVISA, IBAMA, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Pesca;

4.8.13 RESOLUÇÃO SESA Nº 84/2022 (Estado do Paraná) - Dispõe sobre Norma Técnica para o comércio de saneantes desinfestantes de uso profissional destinado as empresas especializadas no controle de vetores e pragas sinantrópicas;

4.8.14 DECRETO Nº 23.430, DE 24 DE OUTUBRO DE 1974 (Estado do Rio Grande do Sul) - Aprova Regulamento que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública;

4.8.15 Portaria nº 0021/SES – 04/01/1996 (Estado de Santa Catarina) - Dispõe sobre normas e técnicas para funcionamento de empresas de Desinsetização e Desratização.

4.9 Subcontratação

4.9.1 É vedada a subcontratação deste objeto.

4.10 Vistoria

4.10.1 É facultativa e a critério de cada licitante a vistoria in loco em cada um dos espaços em questão, objeto desta contratação, ficando assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00, conforme agendamento.

4.10.2 Os endereços e contatos de cada local, para o agendamento da visita e vistoria das instalações, objeto desta contratação, seguem elencados abaixo:

a) Reitoria e Campus Chapecó/SC: Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, Chapecó, SC - Brasil, Caixa Postal 181, CEP 89815-899. Contatos para agendamento: Rudinei Justi (Departamento de Gestão Ambiental, proad.dga@uffs.edu.br, 49-989182806) ou Marcelo Guerreiro Crizel (Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental (ASSINFR-CH) assin.ch@uffs.edu.br, campus Chapecó (49) 2049-6405);

b) Campus Cerro Largo/RS: São dois locais a serem atendidos pelo serviço - Unidade Seminário: Rua Major Antônio Cardoso, 590. Centro, Cerro Largo, RS . CEP 97900-000 e Campus Definitivo: Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Centro, Cerro Largo, RS. CEP 97900-000. Contato deve ser feito com Luana Danke na Assessoria de Gestão Administração e Serviços pelo e-mail dcl.compras.cl@uffs.edu.br, telefone (55) 3359-3993.

c) Campus Erechim/RS: ERS 135 - Km 72, 200, Cx Postal 764, CEP 99700-970. Contatos para agendamento: Juliana Ana Chiarello ou Rodrigo Burin, Campus Erechim Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental (ASSINFR-ER), rodrigo.burin@uffs.edu.br e julianaana@uffs.edu.br ou (54) 9 9122-0152 e (54) 3321-70757,

d) Campus Passo Fundo/RS: Rua Capitão Araújo, 20, Centro, CEP 99010-200, Contatos para agendamento: Bertil Levi Hammarstron. Campus Passo Fundo Subcoordenação de Gestão, Planejamento e Administração (SUBCGPA-PF), bertil.levi@uffs.edu.br, telefone 54- 99996697;

e) Campus Laranjeiras do Sul/PR: Rodovia BR 158 - Km 405 Caixa Postal-106, CEP 85319-899, Contatos para agendamento: Roberto Roseira ou Bruno Cezar Monich Freitas, Campus Laranjeiras do Sul Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental (ASSINFR-LS), roberto.roseira@uffs.edu.br ou (42) 3635-0011;

f) Campus Realeza/PR: Rodovia PR 182 - Km 466, Avenida Edmundo Gaievski, 1000, Cx Postal 253, CEP 85770-000, Contatos para agendamento: Hugo Franciscan ou Cassio Batista Marcon, Campus Realeza Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental (ASSINFR-RE), assin.re@uffs.edu.br ou (46) 3543-8452 e (46) 3543-8324;

4.10.3 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10.4 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.5 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10.6 Tanto no caso em que o licitante julgar dispensável a visita/vistoria in loco para qualquer um dos locais em questão ou o licitante que considerar indispensável a visita com vistoria in loco, será solicitado, conforme modelo, Declaração de Vistoria/Ciência do objeto (Anexo IV), uma declaração de ciência e concordância com todas as condições.

4.10.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Garantia da Contratação

4.11 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência

4.12 Não se aplica margem de preferência no objeto da presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 O início da execução dos objetos, dar-se há posterior a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente através de contato do fiscal do contrato por meio de ordem de serviço.

5.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.2.1 A dedetização e desinsetização será realizada em período semestral. Deverá ser executada de forma criteriosa, com base em avaliação técnica da Contratada e da Universidade, considerando os seguintes aspectos: procedimentos operacionais padrões (POP's) de rotina nessas atividades; ausência de infestação em determinadas áreas; resultados das avaliações periódicas de controle e monitoramento de pragas; necessidade de evitar a aplicação desnecessária de produtos químicos, em conformidade com os princípios de segurança, sustentabilidade ambiental e boas práticas sanitárias; preservação da rotina acadêmica e administrativa. Diante do exposto, a Universidade reserva-se o direito de executar efetivamente uma aplicação semestral com cobertura de no mínimo 25% da área proposta para cada campus, semestralmente (o quantitativo máximo por aplicação, encontra-se no quadro de descrição do item no ETP - tópico 8).

5.2.2 Os serviços de dedetização e desinsetização serão realizados em áreas como galpões, salas, corredores, banheiros, escadarias, rampas e halls. A contratada deverá elaborar, com no mínimo 1 mês de antecedência da realização do serviço, um **Plano Prévio de Ação** no qual verificará a melhor técnica a ser aplicada na UFFS dirimindo questões de impacto ambiental e à saúde das pessoas. A aplicação de inseticidas específicos abrangerá tanto as áreas internas quanto as externas das instalações prediais. Nas áreas internas, o procedimento deverá incluir a aplicação de inseticidas em pontos estratégicos, como esconderijos, batentes de porta, orifícios diversos, ralos, atrás de cozinhas e armários, pisos, rodapés, tetos, paredes e demais locais estratégicos. A aplicação será feita com equipamentos adequados ao tipo de ambiente e à praga alvo, como, por exemplo, máquinas costais, atomizadores, polvilhadeiras, entre outros. A escolha do método mais apropriado para cada ambiente poderá ser definido pela equipe contratada com a aprovação da fiscalização responsável, observando-se POP's definidos. Nas áreas externas, a aplicação ocorrerá quando for considerada necessária, sendo restrita a pontos específicos, como esconderijos, ralos, fossas, cantos, rodapés, paredes, tetos e janelas, conforme avaliação técnica. Os principais insetos alvos serão incluídos no plano de combate, entretanto, temos verificado, para fins de conhecimento, que incluem: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas, percevejos, aracnídeos, escorpiões e carrapatos.

5.2.3 Como condição obrigatória para a execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas (principalmente dedetização e desinsetização), a empresa contratada deverá apresentar previamente, no mínimo 1 mês antes das atividades, o **Plano Prévio de Ação** detalhado, contendo no mínimo as seguintes informações:

a) **Avaliação prévia do local**, considerando suas características e riscos específicos;

- b) **Identificação das pragas-alvo e grau de infestação**, se aplicável;
- c) **Metodologia e cronograma** de execução do serviço, com indicação das áreas tratadas e das etapas do processo;
- d) **Produtos químicos a serem utilizados**, com suas respectivas fichas de segurança (FISPQ) e autorizações da ANVISA;
- e) **Medidas de segurança recomendadas** para colaboradores, usuários e terceiros durante e após a aplicação;
- f) **Tempo de reentrada e restrições de uso do ambiente** após a dedetização;
- g) **Responsável técnico** devidamente registrado no conselho de classe competente;
- h) **Modelo de relatório técnico final**, que deverá ser entregue após cada aplicação;
- i) Anexar os comprovantes pertinentes - cópias do **Alvará Sanitário e Licença Ambiental** no órgão competente.

5.2.4 Da Comprovação do Serviço de dedetização e desinsetização e demais serviços de combate a pragas - A empresa especializada deverá fornecer o comprovante de execução do serviço - Laudo, Certificado ou Relatório Técnico Final contendo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado (s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; k) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade (Resolução RDC 622/ANVISA/2022).

5.2.5 Os serviços de desratização têm como objetivo o controle preventivo de roedores, mediante a instalação e manutenção de um número fixo de iscas /armadilhas por bimestre, conforme especificado no quadro correspondente (Tópico 1). Os serviços de desratização devem ser realizados através de um planejamento das ações de controle e a definição dos pontos estratégicos para a instalação das iscas/armadilhas. Essa ação poderá ser realizada em conjunto com a fiscalização, levando-se em consideração o histórico de infestação, a pressão populacional de roedores na área e a melhor técnica disponível. As ações de desratização deverão ser conduzidas com base na técnica mais adequada à espécie alvo, ao ambiente e à situação específica, sempre priorizando a segurança dos usuários e trabalhadores das instalações. Os dispositivos, como porta iscas, (quantitativos por campi definidos no ETP e tópico 1) deverão ser disponibilizados no início do contrato e poderão ser reutilizados, desde que recarregados conforme a necessidade identificada. É responsabilidade da Contratada manter, durante toda a vigência contratual, esse número fixo de porta iscas, assegurando a qualidade, a integridade e a segurança dos materiais utilizados. A reposição ou troca da carga (iscas/veneno) será realizada bimestralmente em 100% dos pontos. A cada aplicação, a Contratada deverá fornecer garantia de um mês, responsabilizando-se por eventuais reinfestações ocorridas nesse período. Todas as armadilhas devem estar devidamente identificadas e fixadas, em conformidade com as normas técnicas vigentes. A Contratada deverá entregar, após cada troca de iscas, um relatório técnico contendo informações detalhadas incluindo o local de instalação das iscas e o consumo nesses pontos. Com base nesse relatório e na ausência de sinais de infestação, de sinais sem consumo de iscas, a Universidade reserva-se o direito de reduzir a frequência das inspeções para intervalos maiores, mantendo-se, nesse caso, pelo menos uma execução a cada seis meses. Todos os custos envolvidos na prestação do serviço — incluindo mão de obra, iscas/armadilhas, deslocamentos e demais despesas operacionais — devem estar contemplados no número de iscas /armadilhas definido por campus. O serviço será inicialmente acionado a cada dois meses e sua remuneração será baseada na troca integral de 100% das iscas(veneno). O número de iscas a serem disponibilizadas por bimestre estão descritos no ETP tópico 8).

5.2.6 Os serviços de higienização e desinfecção de reservatórios de água pluvial serão realizados com periodicidade **anual** (uma vez ao ano). Já os serviços referentes às caixas de água potável destinadas ao abastecimento humano ocorrerão de forma **semestral** (duas vezes ao ano). Para ambos os serviços, a contratada deverá fornecer um relatório descritivo e fotográfico da execução, contendo imagens do “antes e depois” da limpeza, incluindo o local de instalação dos reservatórios. O relatório também deverá apresentar uma avaliação detalhada do estado de conservação dos reservatórios e de suas tampas, com identificação de eventuais fissuras, trincas ou rachaduras, classificando cada unidade segundo cinco níveis de conservação: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo. Para os serviços relacionados às caixas de água potável, a UFFS poderá, em conformidade com a legislação vigente, exigir da contratada a apresentação de laudos de potabilidade da água, após a limpeza, contemplando os parâmetros básicos exigidos. Os custos referentes a esses laudos deverão estar incluídos na proposta comercial apresentada pela contratada. Observa-se ainda que, em caso de danos aos reservatório/caixas de água durante os serviços, fica a contratada responsável pelo conserto arcando com eventuais custos. A UFFS reserva-se o direito de não executar integralmente (100% do volume em m³) os serviços de limpeza das caixas de água, cisternas e demais reservatórios. Em situações excepcionais, como períodos de estiagem, os serviços previstos neste item poderão ser suspensos, a fim de garantir o abastecimento humano e a continuidade das atividades no campus. O pagamento será efetuado com base na metragem cúbica efetivamente higienizada.

5.2.7 A capacidade de armazenamento em cada um dos reservatórios varia em sua grande maioria na faixa dos 10 mil a 20 mil litros. E algumas poucas unidades de reservatório de água em material de concreto com capacidade mais elevada na faixa de 30 a 60 mil litros cada.

5.2.8 As rotinas a serem cumpridas serão definidas pelo Gestor e o Fiscal do contrato, avaliando o melhor período de execução dos serviços, podendo a demanda acontecer em finais de semana ou em período de férias escolares, haja vista a menor concentração de pessoas nos ambientes institucionais. Também será observado as orientações técnicas do plano prévio de ação.

Materiais a serem disponibilizados

5.3 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e na qualidade apropriada à execução do serviço, promovendo sua substituição quando necessário. Deve-se estar atento aos equipamentos de proteção individual e coletivo que envolve tanto as atividades de dedetização e desinsetização, assim como atividades de limpeza e desinfecção de cisternas e caixas de água que são realizadas em alturas significativas.

Especificação da garantia do serviço

5.4 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Observa-se as garantias para os serviços de dedetização, desinsetização e combate as demais pragas, a contratada compromete-se a atender prontamente às solicitações do Gestor ou Fiscal do Contrato para a eliminação de insetos, pragas, baratas, ratos, cupins, entre outros, que eventualmente venham a surgir durante o período de garantia de 6 (seis) meses. A Desratização com armadilhas ou iscas distribuídas tem garantia de 30 dias para os serviços realizados. Em caso de infestação nesses períodos, o atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

5.5 Da Comprovação do Serviço de dedetização e desinsetização e demais serviços de combate a pragas - A empresa especializada deverá fornecer o comprovante de execução do serviço - Laudo, Certificado ou **Relatório Técnico Final** contendo, as seguintes informações:

a) nome do cliente;

b) endereço do imóvel;

c) praga(s) alvo;

d) data de execução dos serviços;

e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s);

g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

h) orientações pertinentes ao serviço executado;

i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;

k) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade (Resolução RDC 622/ANVISA/2022).

Uniformes e crachás

5.6 Os colaboradores que realizarão os serviços deverão atender as boas práticas de segurança como uso de equipamentos de proteção individual e coletivo (se aplicável), estar devidamente uniformizados e identificados com crachás.

Dos locais e horários dos serviços

5.7 Os serviços serão prestados nos mesmos endereços e mesmos horários descritos no tópico 4.3 "Vistoria".

Rotinas a serem cumpridas

5.8 A execução contratual observará as rotinas descritas nos diversos tópicos deste Termo de Referência e com boas práticas em serviços de combate a vetores e pragas.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

Essas informações foram descritas no todo do Estudo Técnico Preliminar que subsidiou a construção deste Termo de Referência.

Garantia da Contratação

5.9 Não haverá exigência de garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.19 Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Gestor do Contrato

6.20 Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- h) receber e dar encaminhamento imediato:
 - às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
 - à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período do mês de referência dos serviços prestados, a emissão da nota fiscal correspondente e a entrega desta ao fiscal do contrato.

7.10 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M (índice geral de preços do mercado) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11 de julho de 2025.

7.38 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.45 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.49 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.50 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5 % (5 décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (5 décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1 O Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços, modelo de declarações complementares - Anexo do Edital."

9.1.2 Para atender aos critérios de sustentabilidade dos itens 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 24, 25, 26, 27 e 28, nos termos dos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024, o Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços, sob pena de desclassificação da proposta:

9.1.2.1 Relação dos produtos saneantes domissanitários/desinfetantes que pretende utilizar no controle de pragas e vetores urbanos, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.

9.1.2.2 Documento comprobatório do registro na ANVISA dos produtos saneantes domissanitários/desinfetantes que se fazem necessários, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 622, de 2022.

9.1.2.3 Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) relativo à categoria descrita a seguir, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13, de 23/08/2021, e legislação correlata:

Categoria 15: Indústria Química

Código FTE IBAMA - 15-9: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas.

9.1.2.4 A comprovação de inscrição no CTF se refere à atividade do fabricante do produto que será utilizado pelo licitante na prestação do serviço. Assim, caso o licitante não seja o próprio fabricante, deverá verificar em consulta pública ao site do IBAMA (IBAMA > Serviços On-Line > (Certificado de Regularidade), se o fabricante da marca que está sendo ofertada na licitação possui CTF de acordo com a FTE informada e, enviar juntamente com sua proposta o print de tela ou PDF que comprove o cadastro;

9.1.2.5 Caso não seja possível a obtenção do registro no CTF/APP, a licitante poderá apresentar outras licenças ambientais do fabricante, em nível municipal e/ou estadual, desde que correlatas à natureza do objeto pretendido pela Administração, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13 /2021.

9.1.2.6 Caso o fabricante esteja dispensado do registro ambiental solicitado, por força de dispositivo legal ou por se tratar de fabricação estrangeira, o licitante deverá declarar expressamente essa condição na proposta de preços e anexar junto a esta, o documento comprobatório;

9.1.2.7 Caso se trate de produtos de fabricação estrangeira, a Licitante deverá declarar expressamente essa condição na proposta de preços.

9.1.2.8 Caso não se confirme a adequação da certificação ambiental do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de Aceitabilidade de Preços

9.3 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa a tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 Para o exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006, da RDC Anvisa nº 622, de 2022 e legislação e normatização correlata;

9.6 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.10 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.22 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Habilitação e Qualificação Técnica

9.24 Apresentar Alvará Sanitário;

9.25 Apresentar Licença Ambiental ou termo equivalente no órgão competente;

9.26 Registro da Empresa no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 622, de 2022;

9.27 Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 622, de 2022.

9.27.1 Como Responsável Técnico descreve-se como aptos os seguintes profissionais: biólogo, farmacêutico, químico, engenheiro químico, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, médico veterinário e outros profissionais que possuam nas atribuições do conselho de classe respectivo, competência para exercer tal função;

9.27.2 Em caso de troca do responsável técnico da empresa durante a execução do contrato, fica a contratada obrigada a informar o fiscal e apresentar toda documentação do novo profissional;

9.28 Apresentar certificado de treinamento da NR-33 (trabalho em espaço confinado) e NR-35 (trabalho em altura) para os profissionais envolvidos nas atividades de limpeza de caixas d'água;

9.29 Declaração de que a Empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.30 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Os atestados solicitados referem-se exclusivamente a dois serviços considerados, respectivamente, relevantes e significativos do objeto da licitação:

- desinsetização;
- higienização e desinfecção de reservatórios/caixas de água potável.

9.30.2 Os atestados deverão, obrigatoriamente, comprovar a execução de:

- no mínimo 5% da área prevista para o serviço de desinsetização (itens 1, 6, 11, 16, 24 e 26);
- no mínimo 5% do volume previsto para o serviço de higienização e desinfecção de reservatórios/caixas de água potável (itens 4, 9, 14, 19, 22 e 29).

Exemplo: para o Campus Cerro Largo (item 1), com área de 90.250 m², o atestado deverá comprovar a execução de desinsetização em área mínima de 4.512,50 m² (5%).

9.30.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.6 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.36 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.36.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.36.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.36.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.36.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.36.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.36.6.1. ata de fundação;

9.36.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.36.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.36.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.36.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.36.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.36.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 917.488,95 (Novecentos e dezessete mil e quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no tópico 1.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [26440 - UFFS];
- II) Fonte de recursos: [10000000000];
- III) Programa de trabalho: [12.364.5113.20RK.0040];
- IV) Elemento de despesa: [339039]; e
- V) Plano interno: [MO002N0100N].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas nos termos da Lei n. 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

12.2 São anexos que fazem parte deste Termo de Referência:

- Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato.
- Anexo II - Termo de Ciência e Concordância.
- Anexo III - Índice de Medição dos Resultados - IMR
- Anexo IV - Declaração de Vistoria
- Anexo V - Ordem de Serviço
- Anexo VI - Estudo Técnico Preliminar 29/2024
- Anexo VII - Matriz de Gerenciamento de Riscos.

Chapecó, 02 de setembro de 2025.

Rudinei Justi

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

Considerando a existência de obrigações futuras, para esta contratação será adotado o Termo de Contrato que estabelecerá as cláusulas, condições, direitos e obrigações das partes contratantes.

13.2 VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Informações contam na Minuta do Contrato, anexo ao Edital da Licitação.

13.3 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Informações contam na Minuta do Contrato, anexo ao Edital da Licitação.

13.4 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Informações contam na Minuta do Contrato, anexo ao Edital da Licitação.

13.5 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Informações contam na Minuta do Contrato, anexo ao Edital da Licitação.

13.6 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Informações contam na Minuta do Contrato, anexo ao Edital da Licitação.

13.7 DOS CASOS OMISSOS

Informações contam na Minuta do Contrato, anexo ao Edital da Licitação.

13.8 ALTERAÇÕES

Informações contam na Minuta do Contrato, anexo ao Edital da Licitação.

13.9 FORO

Informações contam na Minuta do Contrato, anexo ao Edital da Licitação.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Chapecó, de de 20.... .

Nome e Cargo do Representante Legal

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025.

RUDINEI JUSTI

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

CARLINE ANDREA WELTER

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

LUANA INES DAMKE

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

JULIANA ANA CHIARELLO

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

BRUNO CEZAR MONICH FREITAS

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

RAFAEL GRIEBELER

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

ROBERTO ROSEIRA

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

HUGO FRANCISCON

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

RODRIGO BURIN

Membro da comissão de contratação

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

MARCELO GUERREIRO CRIZEL

Membro da comissão de contratação

CASSIO BATISTA MARCON

Membro da comissão de contratação

Despacho: Pró-Reitor de Administração.

EDIVANDRO LUIZ TECCHIO

Autoridade competente

Despacho: Superintendente de Administração.

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Autoridade competente

ANEXO III
ÍNDICE DE MEDIÇÃO DOS RESULTADOS - IMR

Instrumento de medição de resultado – IMR

1. Informações gerais

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

1.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

1.4. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

2. Condições gerais

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

2.6. Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

3. Descrição dos itens avaliados por posto de serviço

3.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos **“Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição”** para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário. Serão dois módulos distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

Módulo 1 – Avaliação de Condicionantes do Trabalho
Aferição: Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará a ocorrência.
Itens a serem observados: 1 – Ausência de algum dos itens do uniforme (inclusive calçado); 2 – Substituição de algum item por outro que não faça parte do uniforme; 3 – Uniforme em condições ruins (sujo, rasgado, mal arrumado, manchado, encardido e etc); 4 – Utilização de vestuário que não faça parte do uniforme ou de adornos não adequados para a execução da atividade;

- 5 – Não utilização de crachá;
- 6 – Cabelos compridos soltos ou presos de forma inadequada à realização das atividades (quando aplicável);
- 7 – Ausência de itens do equipamento de proteção individual;
- 8 – Equipamentos de serviço fora das especificações, ou sem condições perfeitas de uso.
- 9 – Atraso para início da prestação do serviço, por período de até 30 (trinta) minutos;
- 10 – Término da prestação de serviço antes do horário preestabelecido;
- 11 – Descumprimento do tempo regular de intervalo (almoço);
- 12 – Indisponibilidade da prestação do serviço (ausência de algum dos funcionários, sem a devida cobertura) por um período superior a 30 (trinta) minutos;
- 13 – Ausência contumaz no posto base;
- 14 – Distrações, conversas, confraternizações irregulares que atrapalhem a execução do serviço;
- 15 – Tratamento inadequado com o público

Observação: A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.

Módulo 2: Prestação de Serviço

Aferição: Condicionada à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato que detalhará a ocorrência.

Itens a serem observados:

Deixar de:

- 1 – Realizar as atividades nos prazos estabelecidos no agendamento;
- 2 – Entregar previamente o Plano de Ação;
- 3 – Entregar corretamente o laudo ou relatório final referente controle de vetores e pragas;
- 4- Entregar os relatórios/laudos dos serviços de limpeza de caixa d'água potável e pluvial
- 5 – Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, quando houver qualquer anormalidade ou informação que possa vir a representar algum risco para que sejam adotadas as providências necessárias para regularização;
- 6 – Acionar imediatamente o Corpo de Bombeiros, em caso de princípio de incêndio, e casos de intoxicação, independentemente de análise de situação;
- 7 – Realizar as atividades dentro dos Procedimento Operacionais Padrões;
- 8 - Apresentar comunicação prévia à comunidade universitária (por cartaz ou outro meio) informando e precavendo as pessoas para que tomem conhecimento do agendamento do combate a vetores e pragas;
- 9 – Quando necessário, auxiliar na retirada de materiais para minimizar as perdas patrimoniais devido a sinistros;
- 10 – Utilizar produtos químicos com registro na ANVISA e baixa toxicidade.

3.3. Cada módulo, devido a sua importância, terá pesos diferenciados, conforme tabela abaixo:

Módulos	Peso da Avaliação	Pontuação Máxima
1	10	150
2	20	200
Resultado máximo da avaliação		350

4. Critérios dos itens avaliados

4.1. De acordo com as ocorrências constatadas na execução do contrato e, considerando os pesos de cada módulo, a pontuação mensal da contratada será avaliada de acordo com a seguinte fórmula:

$\text{Pontuação mensal} = 350 - \text{"nº de Ocorrências do Módulo 1"} \times 10 - \text{"nº de Ocorrências do Módulo 2"} \times 20$

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 290 pontos.

4.3. O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

4.4. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

5. Forma de dimensionamento dos pagamentos

5.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

Faixa de Pontuação Obtida	Percentual de Desconto
350 A 310	0%
290 A 309	5%
Abaixo de 290	10%

5.2. Haverá possibilidade de rescisão contratual nas seguintes condições:

5.2.1. Desconto de 10% por mais de seis vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação;

5.2.2. Pontuação abaixo de 250 pontos;

6. Forma de aferição e anotação dos resultados

6.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

Módulo 1: Avaliação dos Fiscais	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição

Módulo 2: Prestação do Serviço	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição

Nota Final	
Período de Aferição	
Pontuação Final	Pontuação mensal = $350 - (\text{"no de Ocorrências do Módulo 1"} \times 10 - \text{"no de Ocorrências do Módulo 2"} \times 20)$
Observações	

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

20. Declaração de Vistoria/Ciência do objeto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada _____(endereço), por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins da **pregão eletrônico nº xxx/2025**, declara que **vistoriou o local e que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações** da contratação dos serviços de Dedetização, Desinsetização, Combate de Pragas e Higienização de Reservatórios de Água Potável e Cisternas, incluindo fornecimento de produtos, materiais, insumos e equipamentos no *Campus xxxxxx*, estando ciente das condições de execução do serviço, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos elaboração da proposta de preços apresentada.

Local, ____ de _____ de 2025.

(Representante legal do licitante, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)

(Assinatura do servidor que acompanhou a vistoria)

OU

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada _____(endereço), por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins da **pregão eletrônico nº xxx/2025**, declara que **conhece o local e que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações** da contratação dos serviços de Dedetização, Desinsetização, Combate de Pragas e Higienização de Reservatórios de Água Potável e Cisternas, incluindo fornecimento de produtos, materiais, insumos e equipamentos no *Campus xxxxxx*, estando ciente das condições de execução do serviço, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos elaboração da proposta de preços apresentada.

Local, ____ de _____ de 2025.

(Representante legal do licitante, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)

OU

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada _____(endereço), por intermédio de seu responsável técnico infra-assinado, e para os fins da **pregão eletrônico nº xxx/2025**, declara que **possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação** dos serviços de Dedetização, Desinsetização, Combate de Pragas e Higienização de Reservatórios de Água Potável e Cisternas, incluindo fornecimento de produtos, materiais, insumos e equipamentos no *Campus xxxxxx*, estando ciente das condições de execução do serviço, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos elaboração da proposta de preços apresentada.

Local, ____ de _____ de 2025.

(Responsável técnico do licitante, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)

ANEXO V
ORDEM DE SERVIÇO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
www.uffs.edu.br

ENCARTE - ORDEM DE SERVIÇO

Contrato nº XX/2025

Pregão Eletrônico nº 90020/2025

Processo Administrativo nº 23205.018050/2025- 17

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Solicita-se o início da prestação de serviços referente ao Contrato nº XX/2025 a partir da data de _____ conforme especificações a seguir:

Item	Especificação	Un	Quant.ano	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	----	-----------	-------------------	-------------

Critérios de avaliação dos serviços: Conforme Índice de Medição de Resultados. Fica facultado ao Fiscal a emissão ou não desta Ordem de Serviço.

Local de realização:

Prazo de execução: XX/XX/2025 até XX/XX/2025

Recursos financeiros: Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática e empenho associado ao Contrato nº XX/2025.

ANEXO VI
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Estudo Técnico Preliminar 29/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.018050/2025-17

2. Descrição da necessidade

2.1 Da necessidade Administrativa

O presente estudo preliminar tem como objetivo fundamentar a futura contratação de serviços periódicos e rotineiros de controle de vetores e pragas urbanas, bem como de higienização e desinfecção de reservatórios de água potável e de reuso, em prédios e áreas externas da Instituição. A contratação contempla os seguintes serviços:

- a) Controle de pragas urbanas, incluindo desinsetização, desratização e manejo/desalojamento de infestações;
- b) Higienização e desinfecção de reservatórios de água, tanto os destinados ao consumo humano quanto os utilizados para fins de reuso (limpeza, irrigação, sanitários).

A medida visa atender às demandas dos seguintes campi: Chapecó (incluindo a Reitoria), Cerro Largo, Passo Fundo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza.

2.2 Origem da demanda

A origem da demanda decorre de duas atividades fins que visam a manutenção sanitária e de saúde pública na UFFS:

- a) Os espaços institucionais, que por sua natureza e localização, estão sujeitos à invasão e proliferação de pragas urbanas como insetos, roedores e animais sinantrópicos, os quais podem representar riscos à saúde pública, além de causar danos ao patrimônio público e comprometer o uso seguro e contínuo de ambientes institucionais, e;
- b) A higienização e desinfecção de reservatórios de água potável (utilizados no abastecimento humano e preparo de alimentos) e de reuso (armazenam água pluvial para sistemas hidrossanitários, limpeza e irrigação) cuja finalidade é a manutenção da potabilidade e qualidade da água de abastecimento humano e a limpeza periódica anual de cisternas de água pluvial para evitar vetores de contaminação.

Assim, a contratação busca garantir a segurança sanitária e ambiental dos espaços da Universidade, preservando a saúde dos usuários, a qualidade da água fornecida e a integridade das instalações, de forma preventiva e contínua, conforme exigido pelas normas de vigilância sanitária.

2.3 Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda

A ausência da contratação dos serviços pode gerar sérios prejuízos à Instituição, entre os quais citamos:

- **Risco sanitário à comunidade acadêmica e administrativa**, em função da possível infestação por pragas urbanas (como insetos e roedores), com potencial de transmissão de doenças;
- **Contaminação dos sistemas de abastecimento de água**, colocando em risco o consumo humano e o uso em processos como preparo de alimentos;
- **Interrupção de atividades institucionais**, diante de infestações que comprometam o uso de salas, laboratórios, refeitórios e demais dependências;
- **Descumprimento de normas sanitárias e ambientais**, resultando em impedimentos à renovação de alvarás e autorizações legais de funcionamento junto aos órgãos competentes, como vigilância sanitária e prefeitura;
- Eventuais **responsabilidades civis** e administrativas por danos causados a usuários ou ao patrimônio, além de possível impacto negativo na imagem institucional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Gestão Ambiental/PROAD	Rudinei Justi

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Classificação dos Objeto

O objeto a ser contratado é comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

Natureza do Objeto

O objeto é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços demandam uma prestação contínua ao longo do tempo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando que ao estabelecer um contrato de longo prazo, se torna mais atrativo e pode-se reduzir os custos administrativos associados à renegociação e recontração periódica. Serviço sem mão de obra exclusiva.

Serviço Terceirizado

Serviços em geral - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018 e art. 48 da Lei 14.133/2021, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFFS, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Garantia da Contratação

Considera-se que o objeto apresenta baixo risco de inadimplemento contratual, não se justificando a exigência de garantia da contratação.

Requisitos básicos do Objeto

A presente contratação visa atender às necessidades institucionais por meio da prestação de serviços especializados em controle de pragas urbanas e vetores, abrangendo:

- Dedetização e desinsetização: aplicação de produtos e técnicas para eliminação e controle de insetos rasteiros e voadores em áreas internas edificadas, com medição por metro quadrado (m²);
- Desratização: controle de roedores nas áreas externas, prioritariamente no entorno das edificações e locais com maior incidência, medido por unidade (número armadilhas instaladas);
- Higienização de reservatórios de água potável: destinados ao consumo humano e preparo de alimentos, com medição por metro cúbico (m³);
- Higienização de cisternas: destinadas à captação e armazenamento de água de reuso (irrigação, limpeza de calçadas e sanitários), executada preferencialmente durante períodos de estiagem ou baixa utilização, uma vez ao ano ou conforme demanda técnica justificada.

Os serviços serão executados conforme as boas práticas de sanitização e recomendações dos órgãos sanitários competentes. A periodicidade recomendada é:

- Dedetização e desinsetização: semestralmente (a cada 6 meses);
- Desratização: bimestralmente (a cada 2 meses);
- Higienização de reservatórios de água potável: semestralmente;
- Higienização de cisternas: anualmente, salvo justificativa técnica que recomende outro intervalo, especialmente em casos de ausência de uso e para otimização de recursos públicos.

Serviços corretivos e emergenciais:

Estão previstos também serviços de manejo e desalojamento de pragas urbanas em casos de **infestações pontuais**, de ocorrência eventual e não programada. Esse tipo de atendimento abrange situações que comprometam o uso seguro e adequado dos ambientes ou coloquem em risco a integridade das edificações ou a saúde dos usuários, com foco na eliminação localizada e eficiente da praga (como morcegos hematófagos, vespas, baratas, cupins, formigas, entre outros), sem a necessidade de intervenção generalizada em todas as áreas da instituição.

Padrões Mínimos de Qualidade

Os serviços prestados ou produtos que por ventura venham a ser fornecidos ou aplicados deverão, no que for cabível, obedecer aos seguintes requisitos e normas de segurança e eficiência/eficácia, e demais legislações, resoluções técnicas ou normativas, que vierem a substituí-las ou complementá-las:

Norma Regulamentadora – NR 18 – Norma sobre as condições do ambiente de trabalho na indústria e na construção;

Norma Regulamentadora - NR 33 - Norma para trabalhos confinados, que estabelece medidas de prevenção, medidas administrativas, medidas pessoais, capacitação e medidas para situações de emergências;

Norma Regulamentadora - NR 16 - Atividades e operações perigosas;

Norma Regulamentadora – NR 20 - Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis;

Norma Regulamentadora – NR 35 – Norma que estabelece medidas de segurança necessárias ao trabalho em altura;

Norma Regulamentadora – NR 38 – Norma que estabelece medidas de segurança necessárias de prevenção para garantir as condições de segurança e saúde dos trabalhadores nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Lei nº 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;

Decreto nº 10.936/2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Decreto nº 7.746/2012 - Estabelece a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações realizadas pela administração pública federal, destaca, entre outros, os seguintes critérios e práticas sustentáveis:

baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, maior vida útil, menor custo de manutenção do bem e da obra, uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais e origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras (art. 4º, I, III, V, VI e VII);

Portaria do Centro de Vigilância Sanitária nº 05, Portaria CVS 5, de 9 de abril de 2013. Considerando as boas práticas de controle de qualidade da água, e também as normativas para o controle e combate de pragas urbanas em espaços públicos de uso e abertos a circulação coletiva.

Resolução Anvisa nº 622 de 09 de março de 2022 - Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

Portaria CVS Nº 09 de 16 de NOVEMBRO de 2000 - Norma Técnica para empresas prestadoras de serviço em controle de vetores e pragas urbanas.

Uso de produtos tanto inseticidas, iscas e armadilhas quanto de higiene, limpeza e desinfecção, registrados, homologados e autorizados pelos órgãos legais competentes (ANVISA, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Pecuária, IBAMA entre outros).

A NBR 10156 de 06/2023 - Limpeza e desinfecção de tubulações e reservatórios de sistema de abastecimento de água — Procedimento estabelece os critérios para os procedimentos de limpeza e desinfecção de tubulações e reservatórios de sistemas de abastecimento de água.

Resolução RDC nº 339, de 07 de dezembro de 2005 – ANVISA - Dispõe sobre iscas -prevenção de agravos à saúde, a ação reguladora de garantia de qualidade de produtos e serviços que inclui a aprovação de normas e suas atualizações, bem como a fiscalização de sua aplicação; funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;

Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 – ANVISA - Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;

Resolução RDC nº 34 de 16 de agosto de 2010 - ANVISA - Dispõe sobre o regulamento técnico para produtos saneantes desinfetantes, entre os quais aqueles destinados ao controle de insetos, roedores e de outras pragas incômodas ou nocivas à saúde;

Resolução RDC nº 622 de 09 de março de 2022 - ANVISA - Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;

Acrescentam-se às exigências para a boa prestação dos serviços:

a) Plano Prévio de Ação (especialmente para a desinsetização);

b) Entrega de laudos ou certificados dos serviços prestados;

c) Entrega de relatórios dos serviços de desratização (consumo de iscas) e demais relatórios de limpeza dos reservatórios;

d) Exigência de responsável técnico;

e) Demais documentos relativos a Contratada como: alvará sanitário, licença ambiental, registro no Conselho de Classe e certificados de treinamento para atividades funcionais em altura e ambientes confinados.

Formalização Contratual

Será necessária a formalização de contrato.

Prazo de Vigência

O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, com base nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Da Subcontratação

É vedada a subcontratação do objeto.

Garantia dos Serviços

Da Comprovação do Serviço de dedetização e desinsetização e demais serviços de combate a pragas - A empresa especializada deverá fornecer o comprovante de execução do serviço - Laudo, Certificado ou Relatório Técnico Final contendo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado (s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; k) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade (Resolução RDC 622/ANVISA/2022).

Os serviços de higienização e desinfecção de reservatórios em geral: A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m³ executado.

Os produtos utilizados no combate a vetores e pragas devem ter registros reconhecidos nos órgãos competentes, como ANVISA, MAPA entre outros).

Laudos emitidos por Responsável Técnico com registro vigente no Conselho de Classe.

Qualificação da Empresa

- Apresentar Alvará Sanitário;
- Apresentar Licença Ambiental ou termo equivalente no órgão competente;
- Apresentar Registro do Responsável Técnico e registro da empresa no Conselho de classe pertinente à atividade de combate a pragas e vetores.
- Como Responsável Técnico descreve-se como aptos os seguintes profissionais: biólogo, farmacêutico, químico, engenheiro químico, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, médico veterinário e outros profissionais que possuam nas atribuições do conselho de classe respectivo, competência para exercer tal função;
- Em caso de troca do responsável técnico da empresa durante a execução do contrato, fica a contratada obrigada a informar o fiscal e apresentar toda documentação do novo profissional;
- Apresentar certificado de treinamento da NR-33 (trabalho em espaço confinado) e NR-35 (trabalho em altura) para os profissionais envolvidos nas atividades de limpeza de caixas d'água;
- Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- Comprovação de aptidão para execução dos serviços correspondentes aos itens de controle de vetores e combate a pragas e limpeza de reservatórios e caixas de água, conforme Tópico 1. Essa comprovação pode ser por meio de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- Será admitida, para fins de comprovação de capacidade técnica, quantitativo mínimo de 03 (três) serviços prestados, que envolva combate a pragas (3 atestados) e limpezas de caixas de água (3 atestados);
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Qualificação dos produtos

Os produtos utilizados no combate às pragas devem possuir registro na ANVISA e eventuais órgãos legais, conforme artigo nº 6 da RDC 622/ANVISA /2022: "Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa."

Princípio da Padronização

Utilizou-se padrões de execução iguais em todos os locais, garantindo uniformidade e facilidade na fiscalização dos contratos.

Catálogo Eletrônico de Padronização

A Unidade Requisitante informa que consultou o link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao> para verificar se o item demandado já possui artefatos de planejamento padronizados.

Endereço dos locais de prestação dos serviços:

Campus Cerro Largo: Unidade I-Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Centro, Cerro Largo, RS CEP 97900-000 e Unidade II - Seminário: Rua Major Antônio Cardoso, 590. Centro, Cerro Largo, RS . CEP 97900-000.

Campus Chapecó: Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899;

Campus Erechim: ERS 135 - Km 72, 200, Caixa Postal -764, CEP 99700-970;

Campus Laranjeiras do Sul-PR: Rodovia BR 158 - Km 405, CEP 85319-899;

Campus Passo Fundo: Rua Capitão Araújo, 20, Centro, CEP 99010-200;

Campus Realeza-PR: Rodovia PR 182 - Km 466, Avenida Edmundo Gaievski, CEP 85770-000.

Dos Horários

Os horários de execução dos serviços serão preferencialmente entre as 08:00 e as 12:00 horas e entre as 13:00 e as 17:00 horas de segunda a sexta-feira. Os horários, a critério da UFFS, podem ser alterados (noturnos ou dias não úteis) caso a prestação dos serviços possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento das atividades da instituição. Os serviços devem ser prestados a partir de um plano prévio de ação, onde a equipe de trabalho inicial é composta de um fiscal do contrato e um preposto/profissional representante da contratada.

Os serviços poderão ser caracterizados como serviços planejados e periódicos ou emergenciais. Serão emergenciais quando fique configurado risco para usuários e para o patrimônio da Instituição ou que impossibilite o desenvolvimento normal das atividades da instituição. A contratada deverá atender chamados de emergência no prazo de 72 horas. Nos serviços caracterizados como periódicos, o plano prévio de ação deve ser entregue ao Fiscal com no mínimo 1 mês de antecedência.

5. Critérios de Sustentabilidade.

A indicação exata e precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada um dos itens deste estudo será realizada no Termo de Referência da contratação, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

6. Levantamento de Mercado

A modelagem desta contratação foi estruturada com base na realidade do mercado nacional de serviços de controle de pragas e higienização de reservatórios, observando práticas consolidadas, metodologias mais eficazes e economicamente viáveis, e o atendimento às normas sanitárias vigentes. Buscou-se garantir que os serviços atendam de forma eficiente às necessidades institucionais da UFFS, mitigando riscos à saúde pública, ao patrimônio e ao regular funcionamento das atividades acadêmico-administrativas. Durante o levantamento de mercado foram analisadas propostas de empresas especializadas, consultas a registros de contratos similares em instituições públicas (Portal de Compras Governamentais), permitindo identificar os padrões usuais de medição, escopo e frequência dos serviços.

1. Dedetização e Desinsetização

Constatou-se que os serviços de dedetização e desinsetização são, em sua ampla maioria, mensurados por metro quadrado (m²) da área construída a ser tratada. Esse critério é amplamente adotado por empresas do ramo ou pela administração pública, pois permite calcular com precisão a área de aplicação e ajustar a dosagem dos produtos utilizados conforme o porte do ambiente e o tipo de infestação ou prevenção.

2. Desratização

A desratização, por sua vez, apresenta duas abordagens principais no mercado: o combate reativo (em caso de infestação) e o controle preventivo com monitoramento. Optou-se pela abordagem preventiva, amplamente utilizada em ambientes institucionais, por meio da instalação e monitoramento de porta-isca com rodenticidas em pontos estratégicos nos campi. Essa metodologia evita a proliferação de roedores e reduz a exposição a surtos, além de ser mais econômica e menos agressiva ao meio ambiente. A medição desse serviço é feita por unidade (número de porta-isca instaladas e monitoradas com troca de isca em caráter bimestral).

3. Serviços corretivos sob demanda – Desalojamento de pragas

Verificou-se a necessidade, também observada em outros contratos similares, de incluir um serviço pontual e esporádico de manejo de pragas em situações emergenciais ou localizadas. A metodologia de mercado prevê a execução sob ocorrência, mediante solicitação formal da contratante. O serviço abrange o desalojamento e eliminação localizada de pragas específicas (ex.: vespas, morcegos, baratas, formigas, cupins, entre outros), sem necessidade de aplicação generalizada. Essa abordagem se mostra mais econômica, rápida e focada, sendo amplamente utilizada por instituições públicas e privadas.

4. Higienização e desinfecção de reservatórios e cisternas

Em relação à higienização de reservatórios de água potável e cisternas de água de reuso (pluvial), constatou-se que esse serviço é comum e recorrente no setor público, com ampla oferta de prestadores. A prática de mercado adota a mensuração por metro cúbico (m³) da capacidade dos reservatórios, permitindo alinhar o custo à dimensão do serviço. Empresas especializadas oferecem o serviço com emissão de relatórios técnicos, fotográficos e laudos de potabilidade, conforme exigido pelas normas da Vigilância Sanitária.

Ainda no levantamento, observou-se que há ampla capacidade técnica no mercado para atender à demanda da UFFS, inclusive com fornecedores que atuam em diferentes regiões do Sul do Brasil, o que facilita a execução multicampi com padronização dos procedimentos e qualidade dos serviços.

5. Viabilidade e economicidade

A estruturação dos serviços com base nas metodologias correntes de mercado (m² para dedetização, unidades para desratização, m³ para higienização de reservatórios e atendimento sob demanda para infestações pontuais) permite maior controle administrativo, fiscalização eficiente dos contratos e melhor relação custo-benefício. Além disso, a segmentação por tipo e frequência de serviço favorece a transparência e competitividade do certame licitatório, evitando sobrepreço ou escopo excessivo.

7. Descrição da solução como um todo

Do objeto

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, por meio de dedetização, desinsetização, desratização, bem como a higienização de reservatórios e cisternas de água.

A presente contratação visa atender às necessidades institucionais relacionadas à preservação da saúde pública, da segurança sanitária e da integridade das instalações físicas por meio da execução de serviços integrados de controle de vetores e pragas urbanas, bem como da higienização e desinfecção de reservatórios de água potável e de água pluvial.

Esses serviços são fundamentais para garantir ambientes salubres, prevenindo a infestação por insetos, roedores e demais pragas que podem comprometer tanto a estrutura física dos prédios quanto a saúde de seus ocupantes. A atuação preventiva e corretiva contra vetores transmissores de doenças – como o mosquito *Aedes aegypti*, baratas, escorpiões e ratos – é essencial para o controle de surtos e para a manutenção das condições sanitárias mínimas exigidas por normas de saúde e segurança.

Paralelamente, a higienização e a desinfecção periódica dos reservatórios de água são medidas obrigatórias e estratégicas para assegurar a potabilidade da água destinada ao consumo humano e a adequada conservação dos sistemas de abastecimento. Esse processo contribui para evitar a proliferação de microrganismos patogênicos e a contaminação da água por detritos e lodo, além de permitir a identificação precoce de danos estruturais nos reservatórios.

A integração dessas ações em um único contrato garante maior efetividade na execução dos serviços, otimizando recursos, promovendo o monitoramento contínuo e assegurando a conformidade com legislações vigentes, como a Portaria GM/MS nº 888/2021 (que trata dos padrões de qualidade da água para consumo humano), a RDC ANVISA nº 52/2009 e demais normas já citadas.

Assim, a solução proposta é estratégica para manter os ambientes institucionais livres de riscos biológicos e sanitários, contribuindo para a saúde coletiva, a preservação do patrimônio público e o atendimento às exigências legais e normativas em vigor.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Quantidade estimada 30 meses.	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	--------	-------------------	-------------------------------	----------------	-------------

GRUPO 1 - CAMPUS CERRO LARGO/RS

1	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses e utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA. O valor será pago por metro quadrado realizado. (área total máxima por aplicação: 18.050 m2)	3417	m ²	90.250	R\$ 0,49	R\$ 44.222,50
2	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque/infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m2.	3417	Serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
3	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA e fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas.(Iscas por bimestre:50 unidades).	3417	unidade	750	R\$ 22,33	R\$ 16.747,50
4	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado.(Volume máximo para limpeza: 158 m3)	13595	m ³	790	R\$ 52,00	R\$ 41.080,00
5	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado. (volume máximo para limpeza: 202,5 m3)	13595	m ³	506	R\$ 52,00	R\$ 26.312,00

GRUPO 2 - CAMPUS CHAPECÓ/SC

6	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses e utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA. O valor será pago por metro quadrado realizado. (área total máxima por aplicação 38.000 m²)	3417	m ²	190.000	R\$ 0,49	R\$93.100,00
7	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque/infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m2.	3417	serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
8	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA e fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. (iscas por bimestre: 65 unidades)	3417	unidade	975	R\$22,33	R\$ 21.771,75
9	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano, reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado.(volume máximo 246 m³)	13595	m ³	1.230	R\$ 52,00	R\$ 63.960,00

10	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado. (volume máximo 275 m ³)	13595	m ³	687	R\$ 52,00	R\$ 35.724,00
GRUPO 3 - CAMPUS ERECHIM/RS						
11	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses e utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA. O valor será pago por metro quadrado realizado. (área total máxima por aplicação 18.000 m2)	3417	m ²	90.000	R\$ 0,49	R\$ 44.100,00
12	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque/infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m2.	3417	serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
13	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA e fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. (iscas por bimestre: 50 unidades)	3417	unidade	750	R\$ 22,33	R\$ 16.747,50
14	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano, reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado. (volume máximo para limpeza: 225 m ³)	13595	m ³	1.125	R\$ 52,00	R\$ 58.500,00
15	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado. (volume máximo para limpeza: 190m ³)	13595	m ³	475	R\$ 52,00	R\$ 24.700,00
GRUPO 4 - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR						
16	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses e utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA. O valor será pago por metro quadrado realizado. (área total máxima por aplicação 13.054 m2).	3417	m ²	65.270	R\$ 0,49	R\$ 31.982,30
17	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque/infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m2.	3417	serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
18	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA e fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. (iscas por bimestre:50)	3417	unidade	750	R\$22,33	R\$ 16.747,50
19	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano, reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado. (volume máximo para limpeza 150 m3)	13595	m ³	750	R\$ 52,00	R\$ 39.000,00
20	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e	13595	m ³	380	R\$ 52,00	R\$

	de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado. (volume máximo para limpeza: 152 m3)					19.760,00
GRUPO 5 - CAMPUS PASSO FUNDO/RS						
21	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque/infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m2.	3417	serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
22	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano, reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado.(volume máximo para limpeza102 m ³).	13595	m ³	510	R\$ 52,00	R\$ 26.520,00
23	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado. (volume máximo para limpeza 30 m ³).	13595	m ³	75	R\$ 52,00	R\$ 3.900,00
24	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses e utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA. O valor será pago por metro quadrado realizado. (área total máxima por aplicação: 7.862 m ²).	3417	m ²	39.310	R\$ 0,49	R\$ 19.261,90
25	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA e fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. (iscas por bimestre: 60)	3417	unidade	900	R\$ 22,33	R\$ 20.097,00
GRUPO 6 - CAMPUS REALEZA/PR						
26	Serviço de dedetização e desinsetização. A contratada deve realizar plano prévio de ação, melhor técnica adaptada à UFFS, utilizar mão de obra qualificada e equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Certificado de garantia de 6 (seis) meses e utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA. O valor será pago por metro quadrado realizado. (área total máxima por aplicação: 21.500 m2).	3417	m ²	107.500	R\$ 0,49	R\$ 52.675,00
27	Serviço de desalojamento, manejo e controle do ataque/infestação de pragas. Em linhas gerais, dentre os eventuais ataques mais comuns citam-se os seguintes alvos: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas e percevejos, aracnídeos, roedores, morcegos e vespas. Atendimento sob demanda em caso de infestação. Pagamento por serviço realizado em uma área de até 1.000m2.	3417	serviço	6	R\$ 1.625,00	R\$ 9.750,00
28	Serviço de desratização em caráter preventivo, por unidades de iscas e/ou armadilhas distribuídas em números fixos. A contratada deve disponibilizar as iscas e/ou as armadilhas, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e relatório de consumo das iscas. A empresa deverá utilizar produtos reconhecidos e licenciados pela ANVISA e fornecer Laudo/Certificado de garantia de 30 dias da aplicação. O pagamento será realizado pelo número de unidades de iscas disponibilizadas. (iscas por bimestre: 80 unidades)	3417	unidade	1.200	R\$ 22,33	R\$ 26.796,00
29	Serviço de higienização e desinfecção de caixas de água potável de abastecimento humano, reservatórios constituídos na sua grande maioria em Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) ou concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado. (volume máximo para limpeza: 274 m3)	13595	m ³	1.370	R\$ 52,00	R\$ 71.240,00
30	Serviço de higienização e desinfecção de cisternas de água pluvial, materiais constituídos de Fibra de Vidro (revestidos internamente com gel que deixa uma superfície lisa e antiaderente) e de concreto. A empresa deverá fornecer laudo de responsável técnico, relatório e garantia de 6 (seis) meses dos serviços. O serviço será pago por m ³ executado. (volume máximo para limpeza: 339 m3)	13595	m ³	847	R\$ 52,00	R\$ 44.044,00
	Valor Total da Aquisição				R\$ 917.488,95	

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 917.488,95

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, para o período de 30 meses é de R\$ 917.488,95 (Novecentos e dezessete mil quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no "estimativas das quantidades a serem contratadas." Importante frisar que para o exercício de 2026 há uma previsão financeira para a execução dos serviços no valor de R\$ 366.995,58 (Trezentos e sessenta e seis mil e novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos). Esclarecemos, para efeito dos art. 72 e art. 150 da Lei 14.133/2021, que a EXPECTATIVA de valor ESTIMADO da despesa no exercício financeiro em curso encontra-se detalhada no Documento X (etp).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação foi estruturada em itens distintos por tipo de serviço, com agrupamento por lotes/grupos conforme os campi da Instituição, levando em consideração fatores como localização geográfica, distâncias, e a respectiva equipe de fiscalização. Essa estratégia visa ampliar a participação de empresas interessadas, permitindo que concorram aquelas que atuam exclusivamente em um campus, bem como aquelas aptas a prestar serviços em mais de uma localidade.

Optou-se pelo parcelamento geográfico (por campus), e não por tipo de serviço, com base em levantamento e análise de mercado, que indicam que o principal fator de decisão para participação das empresas está na localização e área de atuação, e não necessariamente no tipo de serviço.

Observou-se que empresas especializadas em dedetização, desinsetização ou limpeza de reservatórios frequentemente oferecem todos esses serviços de forma integrada, o que justifica sua reunião em um único lote. Essa composição favorece o interesse, a competitividade e a economicidade, reduzindo custos de mobilização e otimizando a prestação dos serviços, inclusive considerando que a periodicidade de execução tende a coincidir.

Além disso, a execução conjunta da dedetização e da higienização de reservatórios reduz o impacto nas atividades acadêmicas, uma vez que ambos os serviços requerem a desocupação temporária dos ambientes. A realização simultânea, portanto, representa ganho logístico e operacional, com menor interferência na rotina da UFFS.

Do ponto de vista administrativo, o fracionamento excessivo por tipo de serviço poderia gerar ineficiência, ao exigir múltiplos contratos, mais processos de contratação, maior complexidade na gestão e fiscalização, aumento de custos operacionais e de pessoal, além de possíveis sanções contratuais pela baixa expressividade financeira dos objetos. Isso poderia, inclusive, resultar em menor atratividade às empresas e maior risco de uma licitação deserta.

No setor público e também no privado, é prática consolidada agrupar esses tipos de serviços em um único contrato, justamente porque a maioria das empresas atuantes nesse ramo possui as habilitações e licenças necessárias para executá-los em conjunto. Isso favorece uma concorrência mais saudável, amplia o engajamento dos fornecedores e gera contratações mais vantajosas para a Administração.

Por fim, a divisão por campus visa superar o único fator que poderia restringir a participação de interessados: a distância e os custos logísticos com deslocamento, que podem inviabilizar propostas competitivas ou comprometer a agilidade nos atendimentos. Assim, a estruturação proposta busca garantir o equilíbrio entre economicidade, atratividade do certame e eficiência na execução contratual.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Atualmente, não há contratos vigentes que garantam a cobertura integral dos serviços pretendidos por este objeto. Os últimos instrumentos contratuais relacionados foram os contratos:

- CT 66/2018 (Campus Chapecó),
- CT 68/2018 (Campus Erechim),
- CT 69/2018 (Campus Laranjeiras do Sul),
- CT 70/2018 (Campus Realeza), e
- CT 71/2018 (Campus Passo Fundo).

Todos originados a partir do Processo Licitatório nº 23205.002006/2018-58, referente ao Pregão Eletrônico nº 27/2018.

Esses contratos atingiram o limite legal de vigência e repactuações, tendo sido encerrados após a prestação dos últimos serviços em setembro de 2023, conforme comprovam as Notas Fiscais de nºs 9028, 9052, 9072, 9074, 9075 e 9077.

Considerando que o prazo de validade/garantia dos serviços é semestral, o período de cobertura finalizou em março de 2024, para todos os campi atendidos. Dessa forma, não há mais respaldo contratual para continuidade da execução desses serviços a partir de 2024, restando a necessidade de nova contratação para suprir as demandas.

Diante disso, os campi de Chapecó, Erechim, Passo Fundo, Laranjeiras do Sul e Realeza encontram-se sem cobertura contratual vigente para a prestação integral dos serviços, sendo inviável a prorrogação ou reaproveitamento de contratos anteriores, inclusive por aspectos legais e normativos, como os requisitos de licenciamento e habilitação técnica para aquisição, manuseio e aplicação de produtos controlados, além da obrigatoriedade de emissão de laudos técnicos, certificados de responsabilidade e garantias dos serviços prestados.

Ressalta-se ainda que, no Campus Cerro Largo, estes serviços têm sido executados através do contrato vigente de manutenção predial (CT43/2023), na modalidade de serviço sob demanda. Porém, considerando que o referido contrato será encerrado em outubro de 2025 e que haverá a necessidade de continuidade desses serviços nos períodos subsequentes, justifica-se sua inclusão neste processo licitatório.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Projeto de Compras nº 108/2025

A contratação proposta encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA/PAC) de 2025, por meio do Projeto de Compras nº 108/2025. Os respectivos números de identificação dos itens de aquisição/contratação, conforme cadastrados no referido plano, serão informados nas Requisições de Compras, que serão encaminhadas por meio do SIPAC – Módulo Compras.

O objeto desta contratação está alinhado ao Plano de Ação Institucional da UFFS, especificamente ao objetivo estratégico identificado pelo código SEO002, que visa o desenvolvimento e a implantação das manutenções corretivas, preventivas e preditivas das edificações e da infraestrutura em todos os campi da Instituição.

Adicionalmente, a presente contratação está em consonância com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFFS, promovendo a eficiência na gestão dos recursos públicos e a sustentabilidade institucional.

13. Detalhamento dos serviços eventuais

13.1 A dedetização e desinsetização será realizada em período semestral. Deverá ser executada de forma criteriosa, com base em avaliação técnica da Contratada e da Universidade, considerando os seguintes aspectos: procedimentos operacionais padrões (POP's) de rotina nessas atividades; ausência de infestação em determinadas áreas; resultados das avaliações periódicas de controle e monitoramento de pragas; necessidade de evitar a aplicação desnecessária de produtos químicos, em conformidade com os princípios de segurança, sustentabilidade ambiental e boas práticas sanitárias; preservação da rotina acadêmica e administrativa. Diante do exposto, a Universidade reserva-se o direito de executar efetivamente uma aplicação semestral com cobertura de no mínimo 25% da área proposta para cada campus, semestralmente, (o quantitativo de área por semestre se obtém da divisão da demanda anual/2).

13.2 Os serviços de dedetização e desinsetização serão realizados em áreas como galpões, salas, corredores, banheiros, escadarias, rampas e halls. A contratada deverá elaborar, com no mínimo 1 mês de antecedência da realização do serviço, um **Plano Prévio de Ação** no qual verificará a melhor técnica a ser aplicada na UFFS dirimindo questões de impacto ambiental e à saúde das pessoas. A aplicação de inseticidas específicos abrangerá tanto as áreas internas quanto as externas das instalações prediais. Nas áreas internas, o procedimento deverá incluir a aplicação de inseticidas em pontos estratégicos, como esconderijos, batentes de porta, orifícios diversos, ralos, atrás de cozinhas e armários, pisos, rodapés, tetos, paredes e demais locais estratégicos. A aplicação será feita com equipamentos adequados ao tipo de ambiente e à praga alvo, como, por exemplo, máquinas costais, atomizadores, polvilhadeiras, entre outros. A escolha do método mais apropriado para cada ambiente poderá ser definido pela equipe contratada com a aprovação da fiscalização responsável, observando-se POP's definidos. Nas áreas externas, a aplicação ocorrerá somente quando for considerada necessária, sendo restrita a pontos específicos, como esconderijos, ralos, fossas, cantos, rodapés, paredes, tetos e janelas, conforme avaliação técnica. Os principais insetos alvos serão incluídos no plano de combate, entretanto, temos verificado, para fins de conhecimento, que incluem: baratas, moscas, mosquitos, besouros, cupins, traças, formigas, pulgas, percevejos, aracnídeos, escorpiões e carrapatos.

13.3 Como condição obrigatória para a execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas (principalmente dedetização e desinsetização), a empresa contratada deverá apresentar previamente, no mínimo 1 mês antes das atividades, o **Plano Prévio de Ação** detalhado, contendo no mínimo as seguintes informações:

a) **Avaliação prévia do local**, considerando suas características e riscos específicos;

b) **Identificação das pragas-alvo e grau de infestação**, se aplicável;

- c) **Metodologia e cronograma** de execução do serviço, com indicação das áreas tratadas e das etapas do processo;
- d) **Produtos químicos a serem utilizados**, com suas respectivas fichas de segurança (FISPQ) e autorizações da ANVISA;
- e) **Medidas de segurança recomendadas** para colaboradores, usuários e terceiros durante e após a aplicação;
- f) **Tempo de reentrada e restrições de uso do ambiente** após a dedetização;
- g) **Responsável técnico** devidamente registrado no conselho de classe competente;
- h) **Modelo de relatório técnico final**, que deverá ser entregue após cada aplicação;
- i) Anexar os comprovantes pertinentes - cópias do **Alvará Sanitário e Licença Ambiental** no órgão competente.

13.4 Da Comprovação do Serviço de dedetização e desinsetização e demais serviços de combate a pragas - A empresa especializada deverá fornecer o comprovante de execução do serviço - Laudo, Certificado ou Relatório Técnico Final contendo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado (s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; k) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade (Resolução RDC 622/ANVISA/2022).

13.5 Os serviços de desratização têm como objetivo o controle preventivo de roedores, mediante a instalação e manutenção de um número fixo de iscas/armadilhas por bimestre, conforme especificado no quadro correspondente (Tópico 1). Os serviços de desratização devem ser realizados através de um planejamento das ações de controle e a definição dos pontos estratégicos para a instalação das iscas/armadilhas. Essa ação poderá ser realizada em conjunto com a fiscalização, levando-se em consideração o histórico de infestação, a pressão populacional de roedores na área e a melhor técnica disponível. As ações de desratização deverão ser conduzidas com base na técnica mais adequada à espécie alvo, ao ambiente e à situação específica, sempre priorizando a segurança dos usuários e trabalhadores das instalações. Os dispositivos, como porta iscas, deverão ser disponibilizados no início do contrato e poderão ser reutilizados, desde que recarregados conforme a necessidade identificada. É responsabilidade da Contratada manter, durante toda a vigência contratual, esse número fixo de porta iscas, assegurando a qualidade, a integridade e a segurança dos materiais utilizados. A reposição da carga (iscas/veneno) será realizada bimestralmente em 100% dos pontos estratégicos. A cada aplicação, a Contratada deverá fornecer garantia de um mês, responsabilizando-se por eventuais reinfestações ocorridas nesse período. Todas as armadilhas devem estar devidamente identificadas e fixadas, em conformidade com as normas técnicas vigentes. A Contratada deverá entregar, após cada troca de iscas, um relatório técnico contendo informações detalhadas incluindo o local de instalação das iscas e o consumo nesses pontos. Com base nesses relatórios e na ausência de sinais de infestação, a Universidade reserva-se o direito de reduzir a frequência das inspeções para intervalos maiores, mantendo-se, no entanto, uma execução mínima garantida a cada seis meses. Todos os custos envolvidos na prestação do serviço — incluindo mão de obra, iscas/armadilhas, deslocamentos e demais despesas operacionais — devem estar contemplados no número de iscas/armadilhas definido por campus. O serviço será inicialmente acionado a cada dois meses e sua remuneração será baseada na troca integral de 100% das iscas(veneno). O número de iscas a serem disponibilizadas por bimestre no campus se obtém pela divisão do total de iscas da demanda anual/6.

13.6 Os serviços de higienização e desinfecção de reservatórios de água pluvial serão realizados com periodicidade anual (uma vez ao ano). Já os serviços referentes às caixas de água potável destinadas ao abastecimento humano ocorrerão de forma semestral (duas vezes ao ano). Para ambos os serviços, a contratada deverá fornecer um relatório descritivo e fotográfico da execução, contendo imagens do “antes e depois” da limpeza, incluindo o local de instalação dos reservatórios. O relatório também deverá apresentar uma avaliação detalhada do estado de conservação dos reservatórios e de suas tampas, com identificação de eventuais fissuras, trincas ou rachaduras, classificando cada unidade segundo cinco níveis de conservação: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo. A UFFS reserva-se o direito de não executar integralmente (100% do volume em m³) os serviços de limpeza das caixas de água, cisternas e demais reservatórios, conforme avaliação conjunta do Fiscal do Contrato e da contratada. Em situações excepcionais, como períodos de estiagem, os serviços previstos neste item poderão ser suspensos, a fim de garantir o abastecimento humano e a continuidade das atividades no campus. Para os serviços relacionados às caixas de água potável, a UFFS poderá, em conformidade com a legislação vigente, exigir da contratada a apresentação de laudos de potabilidade da água, por reservatório, após a limpeza, contemplando os parâmetros básicos exigidos. Os custos referentes a esses laudos deverão estar incluídos na proposta comercial apresentada pela contratada. O pagamento será efetuado com base na metragem cúbica efetivamente higienizada.

13.7 A capacidade de armazenamento em cada um dos reservatórios varia em sua grande maioria na faixa dos 10 mil a 20 mil litros. E algumas poucas unidades de reservatório de água em material de concreto com capacidade mais elevada na faixa de 30 a 60 mil litros cada.

13.8 As rotinas a serem cumpridas serão definidas pelo Gestor e o Fiscal do contrato, avaliando o melhor período de execução dos serviços, podendo a demanda acontecer em finais de semana ou em período de férias escolares, haja vista a menor concentração de pessoas nos ambientes institucionais. Também será observado as orientações técnicas do plano prévio de ação.

Materiais a serem disponibilizados

13.9 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e na qualidade apropriada à execução do serviço, promovendo sua substituição quando necessário. Deve-se estar atento aos equipamentos de proteção individual e coletivo que envolve tanto as atividades de dedetização e desinsetização, assim como atividades de limpeza e desinfecção de cisternas e caixas de água que são realizadas em alturas significativas.

Especificação da garantia do serviço

13.10 O prazo de garantia contratual dos serviços é de 6 meses. Para os serviços de dedetização, desinsetização e combate as demais pragas, a contratada compromete-se a atender prontamente às solicitações do Gestor ou Fiscal do Contrato para a eliminação de insetos, pragas, baratas, ratos, cupins, entre outros, que eventualmente venham a surgir durante o período de garantia de 6 (seis) meses. O atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a solicitação. A Desratização com armadilhas ou iscas distribuídas devem atender o espaço de 30 dias.

13.11 Da Comprovação do Serviço de dedetização e desinsetização e demais serviços de combate a pragas - A empresa especializada deverá fornecer o comprovante de execução do serviço - Laudo, Certificado ou **Relatório Técnico Final** contendo, as seguintes informações:

a) nome do cliente;

b) endereço do imóvel;

c) praga(s) alvo;

d) data de execução dos serviços;

e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s);

g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

h) orientações pertinentes ao serviço executado;

i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;

k) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade (Resolução RDC 622/ANVISA/2022).

Uniformes

13.12 Os colaboradores que realizarão os serviços deverão atender as boas práticas de segurança como uso de equipamentos de proteção individual e coletivo (se aplicável), estar devidamente uniformizados e identificados com crachás.

14. Quanto a possibilidade de subcontratação

Não será permitida a subcontratação dos serviços.

15. Quanto a necessidade de vistoria/visita

É facultativa e a critério de cada licitante, a vistoria *in loco*, em cada um dos espaços em questão, objeto desta contratação.

O licitante que julgar importante/necessário realizar vistoria prévia, deverá agendar com o representante de cada campus, que compõe esta equipe de planejamento, para programar e viabilizar a vistoria dos espaços, em data e horário previamente combinado, no intervalo entre a publicação do edital e o dia que precede (anterior) a data da sessão pública do certame. Será feito um atestado de comparecimento/vistoria relativo aquele respectivo local.

No caso em que o licitante julgar dispensável a visita/vistoria *in loco* para qualquer um dos locais em questão ou o licitante que considerar dispensável a visita, com vistoria *in loco*, será solicitado, uma declaração de ciência e concordância com todas as condições, sendo então facultada a visita com vistoria dos locais (modelo de declaração em anexo ao TR).

Os endereços e contatos de cada local, para o agendamento da visita e vistoria das instalações, objeto desta pretensa contratação, seguem elencados abaixo:

a) Reitoria e Campus Chapecó/SC: Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, Chapecó, SC - Brasil, Caixa Postal 181, CEP 89815-899. Contatos para agendamento: Rudinei Justi (Departamento de Gestão Ambiental, proad.dga@uffs.edu.br, 49-989182806) ou Marcelo Guerreiro Crizel (Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental (ASSINFR-CH) assin.ch@uffs.edu.br, campus Chapecó (49) 2049-6405);

b) Campus Cerro Largo/RS: São dois locais a serem atendidos pelo serviço - Unidade Seminário: Rua Major Antônio Cardoso, 590. Centro, Cerro Largo, RS . CEP 97900-000 e Campus Definitivo: Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Centro, Cerro Largo, RS. CEP 97900-000. Contato deve ser feito com Luana Danke na Assessoria de Gestão Administração e Serviços pelo e-mail dcl.compras.cl@uffs.edu.br, telefone (55) 3359-3993.

c) Campus Erechim/RS: ERS 135 - Km 72, 200, Cx Postal 764, CEP 99700-970. Contatos para agendamento: Juliana Ana Chiarello ou Rodrigo Burin, Campus Erechim Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental (ASSINFR-ER), rodrigo.burin@uffs.edu.br e julianaana@uffs.edu.br ou (54) 9 9122-0152 e (54) 3321-70757,

d) Campus Passo Fundo/RS: Rua Capitão Araújo, 20, Centro, CEP 99010-200, Contatos para agendamento: Bertil Levi Harmmarstron. Campus Passo Fundo Subcoordenação de Gestão, Planejamento e Administração (SUBCGPA-PF), bertil.levi@uffs.edu.br, telefone 54- 99996697;

e) Campus Laranjeiras do Sul/PR: Rodovia BR 158 - Km 405 Caixa Postal-106, CEP 85319-899, Contatos para agendamento: Roberto Roseira ou Bruno Cezar Monich Freitas, Campus Laranjeiras do Sul Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental (ASSINFR-LS), roberto.roseira@uffs.edu.br ou (42) 3635-0011;

f) Campus Realeza/PR: Rodovia PR 182 - Km 466, Avenida Edmundo Gaievski, 1000, Cx Postal 253, CEP 85770-000, Contatos para agendamento: Hugo Franciscon ou Cassio Batista Marcon, Campus Realeza Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental (ASSINFR-RE), assin.re@uffs.edu.br ou (46) 3543-8452 e (46) 3543-8324;

16. Quanto a prazo de atendimento emergência

Os chamados emergenciais de serviços e ocorrências sob demanda, deverão ser atendidos conforme a gravidade num prazo máximo de 72 horas, os demais serviços de rotina com periodicidade regular conforme especificado. Observa-se que podem ser agendados e programadas ações que coincidam com períodos de férias acadêmicas, devido a necessidade de suspensão das atividades e evacuação temporária das edificações, para a execução segura e completa dos serviços. Os serviços caracterizados como planejados, programados e periódicos de rotina, possuem um prazo máximo estimado para a sua completa e total execução de 12 (doze) dias.

17. Quanto exigência de qualificação-técnica

- Apresentar Alvará Sanitário;
- Apresentar Licença Ambiental ou termo equivalente no órgão competente;
- Apresentar Registro do Responsável Técnico e registro da empresa no Conselho de classe pertinente à atividade de combate a pragas e vetores.
- Como Responsável Técnico descreve-se como aptos os seguintes profissionais: biólogo, farmacêutico, químico, engenheiro químico, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, médico veterinário e outros profissionais que possuam nas atribuições do conselho de classe respectivo, competência para exercer tal função. Em caso de troca do responsável técnico da empresa durante a execução do contrato, fica a contratada obrigada a informar o fiscal e apresentar toda documentação do novo profissional;
- Apresentar certificado de treinamento da NR-33 (trabalho em espaço confinado) e NR-35 (trabalho em altura) para os profissionais envolvidos nas atividades de limpeza de caixas d'água;
- Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- Comprovação de aptidão para execução dos serviços correspondentes aos itens de controle de vetores e combate a pragas e limpeza de reservatórios e caixas de água, conforme Tópico 1. Essa comprovação pode ser por meio de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- Será admitida, para fins de comprovação de capacidade técnica, quantitativo mínimo de 03 (três) serviços prestados, que envolva combate a pragas (3 atestados) e limpezas de caixas de água (3 atestados);
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18. Quanto a qualificação-econômica

Considerando a natureza do objeto licitado, entende-se que a exigência de qualificação econômico-financeira não se mostra necessária, tendo em vista que:

- O valor estimado da contratação não representa risco financeiro significativo para a Administração, não havendo indícios de que o inadimplemento contratual, por questões econômicas, seja provável ou frequente;

- A complexidade técnica do objeto e os encargos contratuais previstos não demandam elevada capacidade econômico-financeira da licitante. Os serviços são de caráter comum e rotineiros no meio social.
- A exigência poderia restringir indevidamente a competitividade, contrariando os princípios da isonomia, da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa (art. 5º da Lei nº 14.133/2021);
- A Administração se resguarda por outros meios legais, como a exigência de garantia contratual (se aplicável), cláusulas de penalidade e o acompanhamento da execução do contrato.

Assim, opta-se por não exigir a qualificação econômico-financeira, por não se justificar, no presente caso, como condição essencial à garantia da execução contratual, em consonância com o art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

19. Justificativa não exclusividade ME e EPP

A presente contratação possui valor estimado anual superior ao limite de R\$ 80.000,00, conforme estabelecido no art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 e regulamentado pelo art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o que, por si só, inviabiliza a aplicação automática do critério de exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP).

Além disso, foi realizada uma análise de mercado local e regional, conforme exposto no item 6 do Estudo Técnico Preliminar (“Levantamento de Mercado”), com o objetivo de verificar a viabilidade de restrição à participação exclusivamente de ME/EPP, sem comprometer a competitividade e a vantajosidade do certame.

Verificou-se que os campi envolvidos na presente contratação estão situados em cidades de pequeno porte, com número reduzido de empresas atuantes no ramo específico, capazes de atender às exigências previstas no edital. Na orçamentação realizada poucas deram retorno de orçamento o que entendemos um desinteresse na execução dos serviços. A pesquisa de mercado não identificou, de forma segura e fundamentada, ao menos três fornecedores locais ou regionais enquadrados como ME ou EPP com capacidade técnica e operacional para executar o objeto da contratação de modo satisfatório.

Ademais, não foi identificada ferramenta, cadastro ou base confiável que permita à Universidade confirmar a existência de um quantitativo adequado de ME/EPP habilitadas e interessadas em cada localidade abrangida. Diante disso, optar pela exclusividade representaria um risco elevado de licitação fracassada ou com lotes desertos, especialmente em cidades onde a presença de empresas no ramo é pequeno. A eventual repetição do certame implicaria custos adicionais, atrasos na contratação e prejuízo à continuidade dos serviços, o que contraria os princípios da eficiência e da economicidade previstos na legislação.

Ressalta-se que esta decisão não desconsidera os objetivos da Lei Complementar nº 123/2006, como o desenvolvimento econômico local, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação. No entanto, tais diretrizes devem ser compatibilizadas com os princípios constitucionais da isonomia, da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, bem como com a segurança jurídica da Administração Pública. Diante do exposto, a equipe de planejamento recomenda que a presente licitação não adote o critério de exclusividade para ME/EPP, entretanto, os benefícios legais às ME/EPP, como os critérios de desempate e prazos para regularização fiscal, serão integralmente assegurados, conforme a legislação vigente.

20. Declaração de Vistoria/Ciência do objeto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada _____(endereço), por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins da **pregão eletrônico nº xxx/2025**, declara que **vistoriou o local e que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações** da contratação dos serviços de Dedetização, Desinsetização, Combate de Pragas e Higienização de Reservatórios de Água Potável e Cisternas, incluindo fornecimento de produtos, materiais, insumos e equipamentos no *Campus xxxxxx*, estando ciente das condições de execução do serviço, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos elaboração da proposta de preços apresentada.

Local, ____ de _____ de 2025.

(Representante legal do licitante, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)

(Assinatura do servidor que acompanhou a vistoria)

OU

_____(nome da empresa), CNPJ nº_____,
sediada _____(endereço), por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins da **pregão eletrônico nº xxx/2025**, declara que **conhece o local e que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações** da contratação dos serviços de Dedetização, Desinsetização, Combate de Pragas e Higienização de Reservatórios de Água Potável e Cisternas, incluindo fornecimento de produtos, materiais, insumos e equipamentos no *Campus xxxxxx*, estando ciente das condições de execução do serviço, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos elaboração da proposta de preços apresentada.

Local, ____ de _____ de 2025.

(Representante legal do licitante, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)

OU

_____(nome da empresa), CNPJ nº_____,
sediada _____(endereço), por intermédio de seu responsável técnico infra-assinado, e para os fins da **pregão eletrônico nº xxx/2025**, declara que **possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação** dos serviços de Dedetização, Desinsetização, Combate de Pragas e Higienização de Reservatórios de Água Potável e Cisternas, incluindo fornecimento de produtos, materiais, insumos e equipamentos no *Campus xxxxxx*, estando ciente das condições de execução do serviço, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos elaboração da proposta de preços apresentada.

Local, ____ de _____ de 2025.

(Responsável **técnico** do licitante, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)

21. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Esta contratação tem como objetivo assegurar a sanidade e a segurança ambiental e sanitária dos espaços físicos utilizados pela Instituição, garantindo que suas atividades sejam desenvolvidas em ambiente seguro, livre da presença de pragas e de agentes nocivos à saúde. Busca-se, assim, proteger a saúde dos usuários, bem como preservar a infraestrutura, os equipamentos e os produtos armazenados nas diversas unidades.

A ação visa ainda manter sistemas de abastecimento de água e ambientes institucionais livres de contaminação, prevenindo riscos sanitários e ambientais que possam comprometer o funcionamento adequado dos espaços da UFFS.

Cabe destacar que determinadas unidades da Instituição, especialmente aquelas vinculadas à produção ou comercialização de alimentos, dependem de alvará sanitário para seu funcionamento regular. De acordo com as normativas municipais, a emissão e manutenção desse alvará estão condicionadas à apresentação de laudos atualizados de higienização e potabilidade da água, emitidos por empresas especializadas. Esses serviços têm validade limitada a, no máximo, seis meses, sendo exigida sua renovação periódica, como forma de comprovar que a Instituição adota práticas sanitárias regulares, adequadas e em conformidade com a legislação vigente.

Além de promover a segurança sanitária, essa contratação também protege a Instituição de eventuais notificações, sanções, autuações ou interdições por descumprimento de normas ambientais e sanitárias, além de resguardá-la contra responsabilizações decorrentes de danos à saúde de seus usuários.

Dessa forma, a presente contratação revela-se essencial para o pleno atendimento às exigências legais, para a proteção da saúde pública no ambiente institucional e para a continuidade segura e regular das atividades da Universidade.

22. Providências a serem Adotadas

A contratação do objeto em questão não exige adequações estruturais significativas nem alterações nas rotinas administrativas da Instituição, uma vez que se trata de serviço já executado em contratos anteriores de natureza similar, sem impacto relevante no funcionamento da Universidade.

A única necessidade operacional consiste na realização de agendamento prévio, com definição de programação e cronograma de execução, de modo a possibilitar a evacuação temporária dos ambientes a serem atendidos. Isso visa garantir que os serviços ocorram sem interferência nas atividades institucionais e que possam ser executados de forma segura, eficaz e conforme as recomendações técnicas.

Cabe ressaltar que, durante a execução dos serviços, poderá haver interrupção temporária no fornecimento de água potável, bem como o acesso restrito a ambientes internos das edificações, devido à aplicação de medidas de controle corretivo e preventivo contra pragas e insetos. Tais intervenções, no entanto, são pontuais e planejadas para minimizar impactos operacionais, assegurando a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, conforme Plano Prévio de Ação.

23. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando os possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação, destaca-se a importância do controle rigoroso da qualidade da água destinada ao consumo humano, a qual deve ser periodicamente monitorada, inspecionada e ter seus reservatórios higienizados em conformidade com as normativas vigentes. Tais práticas visam garantir a potabilidade e a segurança do recurso hídrico disponibilizado nas dependências institucionais.

No que se refere ao controle de pragas urbanas, recomenda-se a realização de ações preventivas e corretivas de forma periódica, de modo a manter os ambientes institucionais íntegros, habitáveis e em condições sanitárias adequadas. Isso contribui para a segurança, salubridade e higiene dos espaços, prevenindo contaminações, proliferação de vetores e a disseminação de vírus, bactérias e demais agentes nocivos à saúde humana e animal.

Os produtos a serem utilizados nas atividades de aplicação, higienização e controle devem ser autorizados, homologados e devidamente registrados junto à ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e demais órgãos competentes de saúde e vigilância sanitária, respeitando os parâmetros que garantam a proteção da saúde humana, animal e do meio ambiente. Além disso, devem atender à regulamentação de órgãos ambientais federais, como o IBAMA e o Ministério da Agricultura e Pecuária, bem como às exigências de entidades estaduais e municipais, a exemplo da FEPAM, IMA e IAP.

A seleção e habilitação das empresas executoras devem observar critérios técnicos e legais, priorizando prestadoras de serviço especializadas, registradas e devidamente licenciadas, que comprovem a posse de certificações sanitárias e ambientais exigidas, além da utilização de produtos autorizados para a finalidade proposta.

Igualmente, exige-se que os serviços sejam realizados por profissionais formalmente contratados, treinados, capacitados, habilitados e equipados conforme as normas vigentes de segurança do trabalho, saúde ocupacional e proteção ambiental. Tal cuidado garante não apenas a efetividade dos serviços prestados, mas também a segurança do ambiente institucional, dos usuários e dos próprios trabalhadores envolvidos na execução contratual.

24. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

24.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação do serviço em questão revela-se **viável sob os aspectos técnico, socioeconômico e ambiental**. Do ponto de vista técnico, atende aos requisitos operacionais e normativos exigidos para a execução adequada das atividades. Socioeconomicamente, contribui para a geração de empregos diretos e indiretos, fomenta a economia local e apresenta relação custo-benefício favorável. No aspecto ambiental, a execução do serviço observa as legislações vigentes, adota práticas sustentáveis e minimiza impactos ambientais, alinhando-se aos princípios da responsabilidade socioambiental.

25. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

RUDINEI JUSTI

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

JULIANA ANA CHIARELLO

Equipe de Planejamento.

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

BRUNO CEZAR MONICH FREITAS

Equipe de Planejamento.

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

RAFAEL GRIEBELER

Equipe de Planejamento.

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

ROBERTO ROSEIRA

Equipe de Planejamento.

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

HUGO FRANCISCON

Equipe de Planejamento.

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

RODRIGO BURIN

Equipe de Planejamento.

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

MARCELO GUERREIRO CRIZEL

Equipe de Planejamento.

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

CASSIO BATISTA MARCON

Equipe de Planejamento.

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS

Equipe de Planejamento.

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025

LUANA INES DAMKE

Equipe de Planejamento.

Despacho: Equipe de Planejamento. PORTARIA Nº 2160/PROAD/UFS/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025.

CARLINE ANDREA WELTER

Equipe de Planejamento.

ANEXO VII
MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
49/2024	RUDINEI JUSTI	04/06/2024 16:42
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de combate a pragas e higienização de reservatórios nos Campi da UFFS.		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Licitação deserta	Nenhum proponente interessado comparece ou por ausência de interessados na licitação.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Os serviços associados podem sofrer atrasos significativos, pois a contratação de prestadores de serviços é adiada,afetando diretamente a qualidade e a disponibilidade desses serviços para a comunidade acadêmica. O adiamento da contratação pode levar a um aumento nos custos dos serviços devido a possíveis mudanças nas condições tanto das instalações quanto de oferta desses serviços junto ao mercado prestador, inflação ou necessidade de retrabalho em procedimentos licitatórios.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar um planejamento detalhado do processo licitatório, incluindo definição clara dos objetivos, escopo e requisitos do contrato, bem como análise de mercado para garantir que haja interesse e concorrência por parte dos potenciais licitantes. Promover o diálogo com potenciais licitantes durante a fase de planejamento para entender melhor as necessidades do mercado e ajustar os termos da licitação de acordo com as capacidades e expectativas dos fornecedores. Garantir uma ampla divulgação do edital de licitação para alcançar o maior número possível de potenciais licitantes, utilizando diversos meios de comunicação e canais de divulgação. Realizar uma estimativa realista dos preços envolvidos no contrato,com base em dados de mercado e análise de custos, para evitar preços muito baixos que possam desencorajar os licitantes ou preços muito altos que afastem potenciais concorrentes.			Responsáveis: HUGO FRANCISCON, CASSIO BATISTA MARCON, ROBERTO ROSEIRA, RODRIGO BURIN, JULIANA ANA CHIARELLO, MARCELO GUERREIRO CRIZEL, RAFAEL GRIEBELER, RUDINEI JUSTI		
Ações de Contingência						
C-01	Analisar os requisitos do contrato e considerar ajustes que possam tornar a licitação mais atraente para os licitantes, como revisão de prazos, escopo ou condições de pagamento. Revisar o orçamento disponível para a contratação e considerar realocações de recursos ou busca por financiamento adicional, se necessário, para garantir a continuidade da contratação. Buscar aconselhamento de especialistas em contratação pública ou setores específicos para identificar soluções alternativas e estratégias para lidar com a situação. Monitorar de perto o progresso das ações de contingência adotadas e avaliar regularmente sua eficácia, fazendo ajustes conforme necessário para alcançar os objetivos da contratação.			Responsáveis: HUGO FRANCISCON, CASSIO BATISTA MARCON, ROBERTO ROSEIRA, RODRIGO BURIN, JULIANA ANA CHIARELLO, MARCELO GUERREIRO CRIZEL, DAIANE REGINA VALENTINI, RAFAEL GRIEBELER, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Insuficiente ou má prestação dos serviços pela empresa vencedora do certame, gerando danos ou ineficácia e ineficiência com relação aos resultados pretendidos, por imperícia e despreparo.	Negligência, descuido, omissão, falta de habilidade e qualificação, imprudência ou irresponsabilidade da empresa contratada.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Falta de recursos orçamentários, atraso em pagamentos, serviços principais e fundamentais não executados ou mal executados. Resultados ineficazes e insuficientes, gerando problemas recorrentes, comprometendo os resultados e o tempo dos efeitos,					

2 requerendo retrabalho, notificações aguardo de reforço em serviços e o convívio temporário com problemas decorrentes de má prestação ou da aplicação de produtos impróprios.

Ações Preventivas

P-01
Estabelecer critérios claros e condizentes de normas, habilitações e qualificações a serem contempladas, e realizar uma análise rigorosa das capacidades técnicas, financeiras e operacionais das empresas concorrentes durante o processo de seleção, garantindo que apenas aquelas que atendam plenamente aos requisitos de habilitação sejam consideradas para contratação. Definir critérios de seleção claros e objetivos, alinhados com as necessidades do projeto e as exigências legais, para garantir que apenas empresas qualificadas e devidamente habilitadas e preparadas sejam selecionadas. Exigir a apresentação de documentos comprobatórios da habilitação das empresas concorrentes durante o processo licitatório e realizar uma verificação minuciosa desses documentos para garantir sua autenticidade e validade. Implementar um sistema de monitoramento contínuo durante a execução do contrato, a fim de garantir que a empresa contratada mantenha as condições de habilitação ao longo de todo o período contratual. Exigir que a empresa contratada mantenha sua documentação de habilitação atualizada e que informe imediatamente à administração pública sobre quaisquer alterações que possam afetar sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. Realizar auditorias e inspeções regulares nas instalações e operações da empresa contratada para verificar o cumprimento das condições de habilitação e a qualidade dos serviços ou produtos aplicados. Promover uma cultura organizacional que valorize a transparência, a integridade e a conformidade com as normas legais e éticas, tanto por parte da administração pública quanto das empresas contratadas. Capacitar os agentes públicos responsáveis pela gestão dos contratos para que possam identificar e agir adequadamente com situações em que uma empresa contratada não mantenha as condições iniciais ou propostas de habilitação.

Responsáveis:
RAFAEL GRIEBELER, MARCELO GUERREIRO CRIZEL, JULIANA ANA CHIARELLO, RODRIGO BURIN, ROBERTO ROSEIRA, CASSIO BATISTA MARCON, HUGO FRANCISCON, RUDINEI JUSTI

Ações de Contingência

C-01
A administração pública pode notificar a empresa contratada sobre as deficiências identificadas em sua habilitação e conceder um prazo para que ela se ajuste às exigências contratuais. Além disso, pode emitir advertências formais indicando as consequências do não cumprimento das condições de habilitação. Exigir que a contratada apresente um plano de correção detalhado, descrevendo as medidas específicas que serão tomadas para resolver as deficiências em sua habilitação dentro do prazo estabelecido. Intensificar a supervisão e fiscalização das atividades da empresa contratada para garantir que ela esteja cumprindo as condições de contratação e de habilitação e implementando as medidas corretivas conforme acordado. Se a empresa contratada não conseguir corrigir as deficiências em sua habilitação dentro do prazo estabelecido ou se as deficiências forem consideradas irreparáveis, a administração pública pode rescindir o contrato e buscar uma empresa substituta por meio de um novo processo licitatório ou negociação direta. Durante o processo de substituição da empresa contratada, a administração pública pode adotar medidas para garantir a continuidade dos serviços ou aplicação de produtos, como temporariamente assumir as atividades ou contratar fornecedores alternativos. Se o contrato incluir garantias contratuais, como caução ou seguro de desempenho, a administração pública pode acionar essas garantias para compensar os prejuízos decorrentes do não cumprimento das condições de habilitação pela empresa contratada. Avaliar de forma autocrítica e reflexão a responsabilidade da administração pública no caso de não ter realizado uma avaliação adequada da habilitação da empresa contratada durante o processo de seleção e tomar as medidas apropriadas para evitar recorrências no futuro. Manter uma comunicação transparente com todas as partes interessadas, incluindo a empresa contratada,sobre as medidas que estão sendo tomadas para lidar com a situação e as expectativas para a resolução das deficiências em sua habilitação.

Responsáveis:
RAFAEL GRIEBELER, EDSON ALEXANDRE TADIOTO, MARCELO GUERREIRO CRIZEL, JULIANA ANA CHIARELLO, RODRIGO BURIN, ROBERTO ROSEIRA, CASSIO BATISTA MARCON, HUGO FRANCISCON, RUDINEI JUSTI

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Prestação serviços insatisfatória insuficiente.	Ineficiência na comunicação, mal dimensionamento de equipe e materiais, produtos e ou equipamentos impróprios, de inadequados ou insuficientes; não cumprimento do cronograma dos ou agendamentos e programações de periodicidade, má qualidade do serviço executado, não observância das normas de segurança no trabalho e uso correto dos EPI's.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	

Impactos

A baixa qualidade dos serviços prestados pode resultar na insatisfação dos usuários e beneficiários dos serviços, afetando diretamente suas percepções em relação à Administração Pública.. A incapacidade de fornecer serviços de qualidade pode minar a credibilidade e a confiança da administração pública perante o público e outras partes interessadas, como órgãos de fiscalização, vigilância sanitária, segurança e saúde coletiva dos usuários, servidores e visitantes. A má qualidade dos serviços pode gerar um aumento significativo no número de reclamações recebidas pelos canais de atendimento, ouvidorias e órgãos reguladores, sobrecarregando os recursos e gerando custos adicionais para a administração pública. A administração pública pode ser responsabilizada legalmente por danos ou prejuízos causados pela prestação inadequada de serviços, sujeitando-se a processos

1 judiciais, multas ou outras sanções legais. A baixa qualidade dos serviços pode resultar em danos e prejuízos à infraestrutura e a saúde dos usuários e frequentadores, retrabalho e custos adicionais para corrigir os problemas identificados, comprometendo o orçamento e a eficiência da instituição. A má qualidade dos serviços pode resultar em desperdício de recursos públicos, uma vez que os investimentos realizados na contratação e execução dos contratos não geram os resultados esperados em termos de benefícios para a população e alcance dos objetivos governamentais. A prestação inadequada de serviços por parte de contratadas pode comprometer a capacidade da administração pública de cumprir suas obrigações e entregar serviços essenciais à comunidade acadêmica.

Ações Preventivas

P-01
Realizar uma seleção criteriosa dos prestadores dos serviços durante o processo de licitação, considerando não apenas o preço, mas também a qualidade e preparo /qualificação para a prestação dos serviços, a experiência e a reputação das empresas concorrentes. Incluir cláusulas contratuais que estabeleçam critérios claros de desempenho e qualidade dos serviços a serem prestados pela contratada, bem como mecanismos de monitoramento e avaliação do cumprimento desses critérios (IMR). Desenvolver termos de referência detalhados, claros e específicos que descrevam claramente os serviços a serem prestados, os padrões de qualidade esperados, os prazos de entrega e outros requisitos relevantes para a execução do contrato. Definir indicadores de desempenho e qualidade mensuráveis e objetivos que permitam avaliar o cumprimento dos serviços contratados pela empresa fornecedora, garantindo que as expectativas da administração pública sejam atendidas. Implementar um sistema eficaz de monitoramento e fiscalização da execução do contrato, com a designação de responsáveis pela supervisão das atividades da contratada e pela verificação do cumprimento dos termos contratuais. Manter uma comunicação transparente e aberta com a contratada, estabelecendo canais de diálogo que facilitem a resolução de eventuais problemas ou desafios que possam surgir durante a execução do contrato. Capacitar os agentes públicos responsáveis pela gestão dos contratos para que possam entender os requisitos contratuais, identificar problemas potenciais e tomar medidas proativas para garantir a qualidade dos serviços prestados. Realizar revisões periódicas do desempenho da contratada, avaliando o cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos e identificando áreas de melhoria que possam ser abordadas por meio de medidas corretivas ou preventivas. Promover uma cultura de melhoria contínua, incentivando a contratada a buscar constantemente formas de aprimorar seus processos, serviços e resultados, visando sempre à excelência e à satisfação do tomador dos serviços e seu usuários.

Responsáveis: HUGO FRANCISCON, EDSON ALEXANDRE TADIOTO, CASSIO BATISTA MARCON, ROBERTO ROSEIRA, RODRIGO BURIN, JULIANA ANA CHIARELLO, MARCELO GUERREIRO CRIZEL, DAIANE REGINA VALENTINI, RAFAEL GRIEBELER, RUDINEI JUSTI, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER

Ações de Contingência

C-01
Notificar formalmente a contratada sobre as deficiências identificadas nos serviços prestados e fornecer um prazo para que ela corrija os problemas e melhore o desempenho. Revisar o contrato existente com a contratada para identificar cláusulas ou disposições que possam ser acionadas em caso de prestação de serviços insatisfatórios, como penalidades por descumprimento ou em ultima instância a rescisão unilateral do contrato. Se o contrato incluir garantias, como caução ou seguro de desempenho,a administração pública pode acionar essas garantias para compensar os prejuízos decorrentes da prestação insatisfatória de serviços. Avaliar a responsabilidade da contratada em relação à prestação de serviços insatisfatórios, investigando as causas subjacentes e determinando se houve negligência, má fé ou violação contratual por parte da empresa. Implementar medidas corretivas imediatas para resolver os problemas identificados nos serviços prestados, como realocação de recursos, reorganização de equipes ou revisão dos processos operacionais. Se a contratada não conseguir corrigir os problemas identificados ou se a relação de confiança estiver irremediavelmente comprometida, a administração pública pode buscar um fornecedor alternativo para assumir a prestação dos serviços. Manter uma comunicação transparente com as partes interessadas, incluindo usuários dos serviços, órgãos de controle e outras partes envolvidas, sobre as medidas que estão sendo tomadas para resolver os problemas e melhorar a qualidade dos serviços. Avaliar os processos de contratação e gestão de fornecedores da administração pública para identificar possíveis falhas ou lacunas que possam ter contribuído para a prestação insatisfatória de serviços e implementar medidas para evitar recorrências no futuro. Avaliar os danos ou prejuízos causados pela prestação insatisfatória de serviços e tomar as medidas necessárias para mitigar esses impactos, como risco financeiro para os usuários afetados ou reparação de danos materiais.

Responsáveis: RAFAEL GRIEBELER, MARCELO GUERREIRO CRIZEL, JULIANA ANA CHIARELLO, RODRIGO BURIN, ROBERTO ROSEIRA, CASSIO BATISTA MARCON, HUGO FRANCISCON, RUDINEI JUSTI, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Demandas acima do previsto e estimado, demandas, elevando os custos e causando execução de uma perca do foco principal de serviços fora do atendimento, causando atraso ou falta de objeto inicialmente saldos para pagamento, ou má prestação planejado para dos serviços com a descaracterização do atendimento. objeto.	Aumento na frequência e quantidade das	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	
Impactos						
1	Falta de recursos orcamentários, atraso em pagamentos, serviços principais e fundamentais não executados ou mal executados.					

Ações Preventivas		
P-01	Realizar uma reunião inicial e um acompanhamento, para a orientação do gestor e fiscais quanto ao foco e objetivos principais da referida contratação afim de seja possível manter o controle, a quantidade e qualidade dos serviços a serem prestados. Orientar a empresa quanto a forma da prestação dos serviços e os procedimentos necessários, bem como os produtos e equipamentos a serem utilizados. Orientação aos fiscais quanto ao controle de quantidades de serviços, locais contemplados e valores e saldos destinados, bem como forma de abertura, prazos e tramitação dos processos de pagamento. Muito importante quanto ao critérios claros a serem contemplados para que um determinado serviço seja considerado entregue e recebido por parte da fiscalização.	Responsáveis: RAFAEL GRIEBELER, MARCELO GUERREIRO CRIZEL, JULIANA ANA CHIARELLO, RODRIGO BURIN, ROBERTO ROSEIRA, CASSIO BATISTA MARCON, HUGO FRANCISCON, RUDINEI JUSTI, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER
Ações de Contingência		
C-01	Elencar de forma clara e expressa a todas as partes envolvidas desde a licitação, seleção e durante a execução, em que consiste o escopo do objeto contratado, formas de prestação, programação, tramitação e recebimento. Criar planilhas e canais para a busca e troca de informações a fim de manter a organização e o controle dos serviços prestados, bem como os registros de prestação de contas e provas da completa e plena prestação dos serviços com a medição dos efetivos resultados inclusive. Preparo da equipe de fiscalização e a instrumentalização com as informações e documentos fundamentais para o acompanhamento das execução, podendo orientar inclusive os prestadores de forma justa e adequada conforme previsto no contrato.	Responsáveis: HUGO FRANCISCON, CASSIO BATISTA MARCON, ROBERTO ROSEIRA, RODRIGO BURIN, JULIANA ANA CHIARELLO, MARCELO GUERREIRO CRIZEL, DAIANE REGINA VALENTINI, RAFAEL GRIEBELER, RUDINEI JUSTI, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

CARLINE ANDREA WELTER
Membro da comissão de contratação

LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS
Membro da comissão de contratação

Equipe de Planejamento

JULIANA ANA CHIARELLO
Membro da comissão de contratação

RODRIGO BURIN
Membro da comissão de contratação

RAFAEL GRIEBELER

Membro da comissão de contratação

MARCELO GUERREIRO CRIZEL

Membro da comissão de contratação

CASSIO BATISTA MARCON

Membro da comissão de contratação

HUGO FRANCISCON

Membro da comissão de contratação

ROBERTO ROSEIRA

Membro da comissão de contratação

BRUNO CEZAR MONICH FREITAS

Membro da comissão de contratação

RUDINEI JUSTI

Membro da comissão de contratação

BERTIL LEVI HAMMARSTROM

Membro da comissão de contratação

LUANA INES DAMKE

Membro da comissão de contratação



F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA N° R/2025 - DGA (10.46.03.02)
(N° do Documento: 2)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/09/2025 09:52)
BERTIL LEVI HAMMARSTROM
CHEFE - TITULAR
SUBCGPA - PF (10.43.04.17)
Matrícula: ###181#9

(Assinado digitalmente em 11/09/2025 07:40)
BRUNO CEZAR MONICH FREITAS
TECNICO EM ELETROTECNICA
ASSINFR - LS (10.42.10.05)
Matrícula: ###545#6

(Assinado digitalmente em 11/09/2025 11:32)
CASSIO BATISTA MARCON
BIOLOGO
ASSINFR - RE (10.40.08.05)
Matrícula: ###786#0

(Assinado digitalmente em 10/09/2025 20:38)
CESAR AUGUSTO DI DOMENICO
SUPERINTENDENTE - TITULAR
SUADM (10.46.03)
Matrícula: ###436#4

(Assinado digitalmente em 11/09/2025 10:24)
JULIANA ANA CHIARELLO
CHEFE - TITULAR
ASSINFR - ER (10.44.06.05)
Matrícula: ###643#0

(Assinado digitalmente em 10/09/2025 15:25)
LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ASSGAS - CL (10.38.05.03)
Matrícula: ###514#6

(Assinado digitalmente em 10/09/2025 14:52)
LUANA INES DAMKE
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ASSGAS - CL (10.38.05.03)
Matrícula: ###077#3

(Assinado digitalmente em 11/09/2025 11:12)
MARCELO GUERREIRO CRIZEL
TECNICO EM QUIMICA
ASSINFR - CH (10.41.14.05)
Matrícula: ###988#6

(Assinado digitalmente em 10/09/2025 16:43)
RAFAEL GRIEBELER
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
DAADM (10.55.01)
Matrícula: ###719#3

(Assinado digitalmente em 11/09/2025 14:53)
RODRIGO BURIN
SANITARISTA
ASSINFR - ER (10.44.06.05)
Matrícula: ###957#0

(Assinado digitalmente em 10/09/2025 14:39)
RUDINEI JUSTI
CHEFE - TITULAR
DGA (10.46.03.02)
Matrícula: ###553#5